

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIX Mai. 2003 01/05/03 Nº 330 Preço 0,70

- **SNRIPD**

Tomada de posse do novo Conselho Directivo na presença do ministro da Segurança Social e do Trabalho

página 20

- **Castelo Branco**

Delegação movimenta mais de 600 jovens em colóquios

página 7

- **Porto**

Delegação apresenta actividades no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

página 5

- **Vitória ou Morte**

Novo filme sobre a queda da Índia Portuguesa

página 20



PORTE PAGO

Reunião Ordinária do Conselho Nacional

página 10

CRPG disponível para recuperação de iraquianos



página 11

Testemunho "A minha vida tem sido uma guerra"



página 9

Dia do Combatente 67.ª Romagem à Batalha



página 8

Marçada Assembleia Geral Nacional Extraordinária para 28 de Junho

Estratégia reivindicativa da ADFA

congrega associados



página 10

Comemorações na Sede Nacional

29.º Aniversário da ADFA

página 11

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

- Protocolo para a inclusão
- Exemplos de boas práticas
- AEPD na Imprensa

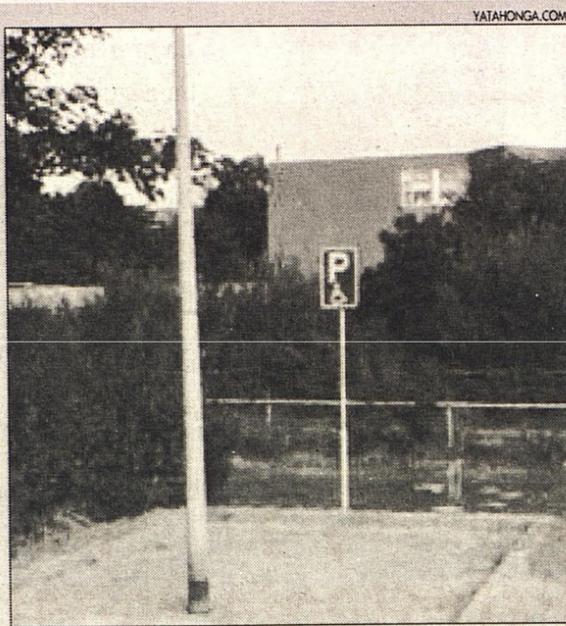


página 13

Fotolegenda

Lá como cá. Também em terras de França, de donde veio esta imagem, tudo pode acontecer, como colocar um poste de iluminação à frente de um dos (poucos) estacionamentos para deficientes.

A menos que o zeloso funcionário tenha colocado lá um poste... para iluminação das cadeiras de rodas! Ou seria para orientar os cegos?



NSC

Breves

Academia Militar

O concurso de admissão de Alunos à Academia Militar de 2003 teve início em 7 de Abril e até 27 de Junho, data a partir da qual, recebidos os documentos dos candidatos militares nas unidades, estabelecimentos e órgãos, os processos são enviados para a Academia Militar até 25 de Julho.

A Comissão de Recrutamento e Admissão deverá ser informada de possíveis alterações da situação militar e/ou disciplinar dos candidatos, no período que decorre entre a entrega de documentos e o final do Concurso de Admissão, em 1 de Outubro.

Os documentos, excepto os referidos no regulamento que também está disponível na ADFA, devem ser entregues de uma só vez, pessoalmente, ou por carta registada com aviso de recepção, na Academia Militar, Comissão de Recrutamento e Admissão, Paço da Rainha, 29, 1169-203 Lisboa.

Podem ser solicitadas informações, impressos, ou inscrições para visita guiada e marcação de alojamento/alimentação, na mesma morada, ou pelo número azul 808 200 211, pelo telefone 21 318 6919, pelo fax 21 318 6988 ou pelo e-mail:

am.concurso@exercito.pt.

As informações sobre os resultados serão enviadas pela Academia Militar, sob a forma de convocatória para a fase seguinte do concurso ou comunicação sobre o motivo da exclusão do mesmo.

I Encontro Luso-Espanhol

Ao levar a efeito, de 25 a 27 de Abril, o I Encontro Luso Espanhol de Associações de Doentes com Espondilite Anquilosante, Associação Nacional da Espondilite Anquilosante (ANEA) pretendeu implementar uma troca de experiências, pensado que "assim, também, que a criação de um Dia Ibérico fará todo o sentido".

No âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, a ANEA pensa ser do inte-

resse do doente espondilítico, que uma concentração de esforços se inicie num círculo mais restrito e daí parta para um círculo abrangente.

Sendo Espanha e Portugal países vizinhos com boas relações e com usos e costumes semelhantes, "a troca de saberes e experiências levará certamente a uma melhor qualidade de vida do doente atingido por esta patologia".

Do programa destacaram-se o jantar de boas vindas presidido pelo presidente da Câmara Municipal de Cascais, António Capucho, no dia 25 de Abril, e a troca de experiências a nível médico, social e profissional das pessoas com aquela patologia, durante os dois dias seguintes.

As Mulheres e a Guerra Colonial

Em 22 e 23 de Maio, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em colaboração com o Centro de Documentação 25 de Abril, daquela universidade, realizam O colóquio "As Mulheres e a Guerra Colonial", no Anfiteatro II (4º Piso) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Qual foi o papel das mulheres na Guerra Colonial? Que participação tiveram no esforço de guerra? Que marcas deixaram na sociedade em que participaram? E que marcas trouxeram? Qual foi o papel das mães e mulheres que enchem o cais de Alcântara? Qual foi o papel das mulheres africanas? São algumas das questões que vão ser apresentadas e debatidas.

O encontro tem início com uma palestra proferida pelo professor Robert Hinde, da Universidade de Cambridge, "figura destacada da reflexão sobre a guerra, como fenómeno histórico, social, político e comportamental". Segue-se, a 23 de Maio, um dia dedicado à reflexão multidisciplinar sobre as mulheres e a Guerra Colonial.

O preço de inscrição é de: geral - 25,00 euros; estudantes 10,00 euros.

O Encontro conta com os apoios da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do British Council.

Design Inclusivo

A Câmara Municipal de Lisboa (CML), em parceria com o Centro Português de Design (CPD), promotor do projecto, a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), estão a desenvolver um projecto EQUAL, denominado Design Inclusivo, no âmbito do qual se realizou um seminário "Acessibilidade às Tecnologias de Informação", no dia 11 de Abril, no Fórum do Pólo Tecnológico de Lisboa.

Entre os objectivos do evento a organização pretendeu sensibilizar os participantes para o Design Inclusivo e informar os participantes sobre as interfaces disponíveis entre o utilizador e os meios tecnológicos de informação.

Foram apresentados e debatidos temas relacionados com a visão sobre a Sociedade de Informação para todos, as orientações da acessibilidade à web ao nível do Design e conteúdos das páginas web, tecnologias de Informação e Comunicação para as pessoas com deficiência neuromotora.

Esclerose Múltipla

No dia 12 de Abril, a Delegação Distrital do Porto da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM) organizou, no Auditório da Câmara Municipal de Matosinhos, um Colóquio subordinado ao tema: "Esclerose Múltipla - Uma Abordagem Multidisciplinar".

As comunicações apresentadas relacionaram-se com as "Representações, Sintomatologia, Qualidade de Vida e Satisfação Marital nos Doentes com Esclerose Múltipla e seus Cuidadores (Estudo Investigacional)", a "Reabilitação Psicológica e Social em Doentes com Esclerose Múltipla", o "Impacto Social da Esclerose Múltipla", "Esclerose Múltipla e Fisioterapia", "Terapia Ocupacional na Esclerose Múltipla, para que serve?", e "A Esclerose Múltipla e a Lei. Direitos dos Portadores".

Castelo Branco

No dia 3 de Maio, Sábado, o coordenador da Comissão Administrativa da Delegação de Castelo Branco estará na Sede da Delegação, das 9h30 às 12h30.

Stress de Guerra

No dia 6 de Maio, terça-feira, a Delegação do Porto vai realizar um colóquio sobre o Stress de Guerra, em Vila Real.

Delegação da Madeira

De 14 a 18 de Maio, a Delegação da Madeira organiza um passeio a Lisboa, para participar nas comemorações do 29º aniversário da ADFA.

Núcleo de Braga

No dia 17 de Maio, Sábado, as funcionárias da Delegação de Famalicão vão deslocar-se ao Núcleo de Braga.

Passeio no Douro

No dia 18 de Maio, Domingo, a Delegação de Bragança realiza um passeio de barco no rio Douro.

Encontro desportivo

No dia 24 de Maio, Sábado, a Delegação de Lisboa leva a efeito o VI Encontro Desportivo para Deficientes.

Aniversário em Famalicão

No dia 25 de Maio, Domingo, vai realizar-se o almoço de aniversário da Delegação de Famalicão, em Guimarães.

Passeio a Benidorm

De 6 a 15 de Junho, a Delegação de Lisboa vai levar os associados a Benidorm.

Delegação da Madeira

No dia 15 de Junho, a Delegação da Madeira celebra o seu aniversário, com um almoço em S. Vicente.

Delegação de Bragança

No dia 22 de Junho, Domingo, a Delegação de Bragança celebra o seu aniversário, na vila de Mogadouro.

Férias no Porto Santo

De 23 de Julho a 1 de Agosto, a Delegação da Madeira organizou umas férias no Porto Santo.

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

José Santos Matos

Associado n.º 3865
56 anos
Faleceu em
04/03/03

Residia em Tortosendo, Covilhã. Deixa viúva Ana Maria Ferraz Real Matos. Serviu na Guiné.

Ramiro Jaime Marques

Associado n.º 14898
56 anos
Faleceu em
30/03/03

Residia em Monte da Caparica, Almada. Deixa viúva Carolina Rosa Almeida Marques.

ADFA

ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 USBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, Armando Alves, Orlando Correia DIRECTOR: José Diniz REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inácio Grazina, Inês Soares Castro, Humberto Viveiros, Jaime Ferreri, João Gonçalves, João Nobre, José Faria, José Maia, Nuno Santa Clara, Rogério Sequeira. CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Anqúises Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro) ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRÉ-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 9 000 ex.



Jaime Ferreri

Grande Plano

Antes que tudo... Leitor do ELO

Cá no meu canto esperarei mês a mês o ELO... e manterei por ele o elo que desde sempre me ligou à associação e aos amigos que a ajudaram a crescer. É por ser grande que hoje desperta paixões e tantos interesses. Interesses eu nunca tive... a paixão com o tempo foi-se diluindo. É a grande vantagem de me sentir único mas nunca definitivo.

São mais de quatro anos, são mais de cinquenta crónicas assinadas e que o ELO publicou. São minhas porque o ELO nunca pagou nada pelo meu trabalho; são minhas porque as escrevi com o carinho com que escrevo tudo o que gosto. Primeiro escrevo para mim, só depois para os outros. Brevemente sairão em livro... brevemente ocuparão o lugar para que foram feitas.

Esta será a menor das irmãs por ser a crónica da despedida e também do agradecimento a todos os que souberam ou quiseram de coração limpo ler-me. São bastantes as cartas de apreço que recebi. Também sei que alguns, sem culpa própria, as não entendiam... Eu sempre defendi que a cultura ocupava um lugar insignificante na nossa casa e que era preciso mudar isso... paciência! "Santos da porta" não fazem milagres. Mas fiquem descansados... não é por esses que me vou embora... não é por me chegar aos ouvidos o bafio da incompreensão que deixo de escrever para o ELO.

Faço-o apenas porque escrever é também um trabalho e quem trabalha merece um salário justo. Como me não vejo a reclamar do

ELO o pagamento do que faço, pura e simplesmente deixo de o fazer. Vou-me embora agora, porque quero. Só não posso oferecer a ninguém o espaço da terceira página porque nunca me considerei seu proprietário...

Aos leitores que me leram e souberam, com honestidade intelectual e com sabedoria, respeitar o sentido do que escrevi deixo um sentido obrigado. Ao director do jornal ELO que sabe por esta crónica da minha informal despedida agradeço todas as atenções que me dispensou. Aproveito para as tornar extensivas ao anterior director Dr. Carreiro. À D. Maria José que rabiscou com arte o sentido da vida que as minhas crónicas lhe despertavam. À Direcção Central da ADFa o encorajamento para que, pelo empenho e pela coragem, continuem, em horas difíceis, a lutar contra a maré...

Cá no meu canto esperarei mês a mês o ELO... e manterei por ele o elo que desde sempre me ligou à associação e aos amigos que a ajudaram a crescer. É por ser grande que hoje desperta paixões e tantos interesses. Interesses eu nunca tive... a paixão com o tempo foi-se diluindo. É a grande vantagem de me sentir único mas nunca definitivo. •

Nota da Redacção

É com muita pena que vamos deixar de contar com a colaboração do Jaime Ferreri, um associado da primeira hora que muito tem dado à ADFa, quer como dirigente, quer colaborando em inúmeras iniciativas associativas. Este sentimento é, com certeza, extensível à maior parte dos nossos associados e leitores que já não dispensavam este "alimento para o espírito" que eram as suas crónicas. Para muitos de nós o que o Ferreri escrevia era aquilo que gostaríamos de escrever ou de ouvir. O seu estilo acutilante e profundo, reflexo de uma personalidade de grandes e sólidos princípios, de sólida cultura e de larga experiência de vida, caldeada pelas paisagens únicas, naturais e humanas, do seu Minho natal e regada pelas fontes do Gerês, tem dado uma enorme

mais valia ao ELO e tem ajudado muitos de nós a ver o mundo e as coisas na perspectiva correcta.

Sabemos que alguns (poucos), certamente por despeito, criticavam os seus escritos e o facto de ter, desde Dezembro de 1996, um "lugar cativo" no jornal. A esses respondíamos: "quem nos dera dois ou três Ferreri a escrever no ELO". Estamos certos que não é por estes que se afasta.

Não é por acaso que o espaço em que o Jaime Ferreri tem escrito se chama "Grande Plano". Acabam as suas crónicas e acaba o "Grande Plano". O ELO fica mais pobre.

Obrigado Ferreri por teres partilhado connosco durante estes anos a tua cultura, a tua sabedoria, o teu amor pela ADFa. •

Episódios



António Carreiro

Baptismo de Fogo

Do Inverno de Janeiro, passámos para o Verão de Porto Amélia, onde permanecemos cerca de uma semana, aproveitando a praia esplêndida, na companhia da Iris Maria, "miss" Portugal em exercício que aí praticava diariamente.

Mas guerra é guerra e a fragata chegou para nos oferecer oito horas de enjoo de mar turbulento, com ondas altas, laterais, constantes, até lançar âncora ao largo de Mocimboa da Praia. Era o destino. A fragata fez "interface" com o batelão e ... pés em terra.

A ansiosa expectativa intrigante de como eram aquelas paragens longínquas, reservadas à nossa presença para o esperado decurso de dois anos - oxalá tivesse sido - contentava-se com quase somente o odor naquela penumbra da iluminação da Vila e com o roncar das "berliets", manobradas com a genica do ânimo dos "velhinhos" que viam a sua esperança de poder voltar na chegada dos "checas" (os novos, nós).

No dia seguinte, viu-se uma localidade bonita, africana típica e com praia. Um Porto Amélia em ponto pequeno. Boa impressão.

Mas passados três dias foi a primeira coluna, rumo ao acampamento no meio da selva, onde iríamos permanecer três meses a fio. Nesse dia tivemos honras de ser transportados. Outros fizeram a coluna. Iamos nas "berliets" com a postura de quem tudo teme, desconhece o que é aquela guerra, têm pânico das minas e muito mais das emboscadas.

Esperava-se que se começasse a "picar" aos cinco quilómetros mas a coluna avançou, a uma velocidade de 30 a 40 Kms/hora, até cerca dos 18. Estranho e mais ansiedade. Lá atrás não se sabia de nada. Que se passava? Porque não se picava? Onde é que estávamos? Selva dos dois lados. O inimigo não está por aqui?

A explicação veio mais tarde. Na ponte, a 18 Kms, havia

protecção e tinham decidido "arriscar" até ali. Comecei logo a perceber por que é que aquela Companhia já tinha onze mortos em minas...

Iniciou-se a detecção e o andamento quase parado escaldava nos quarenta graus daquele dia para quem ainda mal tinha saído do Inverno de Janeiro da Metrópole. Era asfíxiante, cansativo, suarento e sonolento. Mas a tensão superava isso. A ansiedade, a insegurança, o medo mal disfarçado impunham-se.

Subitamente rajadas. Metralhadora? Outra G3? Emboscada? Calaram-se. Palavra passa palavra, passada uma eternidade de minutos, chega a informação: o furriel "tantos" apanhou uma pacaça. Alívio. Alívio.

Lá para o fim da tarde, chegámos à nossa futura casa. Um acampamento de quatro tendas, num muito pequeno espaço plano, elevado, a dominar a ponte sobre o Nango cuja construção era nossa missão proteger.

Absolutamente exaustos, fomos agradavelmente recebidos pelo anfitriões que íamos substituir. Distribuídos os beliches, dentro da tenda, lá nos arrumamos e depois de jantar - um luxo de acampamento - fomos dormir um dos sonos mais profundos e saborosos.

O psíquico e o físico mais não aguentavam. Esqueci tudo. Até o inimigo.

As duas da manhã, porém, fomos chamados à realidade! Tiros e mais tiros.

Uns segundos longos para sair da sonolência e devagar pensar: o que será isto? Até que de repente: é um ataque! ISTO É A GUERRA! Tenho que ir para o abrigo. Salto do 2º andar do beliche, caio em cima de outro. Está escuro de breu. Todos querem sair.

Ninguém sabe como. Tropeções e mais tropeções. Quase à saída lembro-me: e a G3?

Volto. Tropeço, trambolhões. Andava tudo na mesma.

No meio da confusão, alguém começa a rir. Alguém trouxe luz. Era a partida espectacular dos "velhinhos". Estavam a repetir o que lhes haviam feito.

Não faltaram pragas, palavrões e tudo o que de melhor se podia fazer àqueles "gajos".

Acalmaram o pessoal com paciência. Durante o dia o pessoal serenou.

No dia seguinte, às seis da manhã, começaram a chover granadas. Era a sério. Num ápice, com G3 e tudo, todos estavam no abrigo, do lado de fora da tenda.

Penso que foi o exercício mais eficaz que pratiquei até hoje. •

Editorial

A propósito da "guerra limpa"



José Diniz

Muito se tem questionado se a actual guerra do Iraque foi uma "guerra limpa", no sentido em que a actuação das forças da coligação visaram e atingiram, exclusivamente, objectivos que levassem ao enfraquecimento e destruição da capacidade militar do Iraque. Este grande objectivo foi conseguido, mas, mais uma vez, os chamados "ataques cirúrgicos" provocaram vítimas inocentes. Ainda desta vez a guerra não foi "limpa". A atestá-lo está a imagem daquele miúdo que perdeu a família e os dois braços e que expressou assim todo o seu sofrimento: "a minha dor é maior que uma montanha". Num país quase todo plano e desértico a ideia infantil de montanha deve ser algo de gigantesco.

As guerras deixaram de ser "limpas" desde que o Homem prolongou a acção do seu braço para além da espada ou da lança. Enquanto as guerras se limitaram à luta corpo a corpo, o adversário estava bem próximo e identificado e os efeitos colaterais eram nulos. A contenda decorria apenas entre os combatentes.

Mas este modo limpo de fazer a guerra talvez se tenha verificado apenas nos estádios mais recuados da pré-história, porque, a partir do momento em que um indivíduo, para sua maior segurança, lançou mão de projecteis (pedras, paus, dardos) para atingir o adversário, ficou sujeito a errar a pontaria a atingir quem não tinha a ver com aquela guerra. Essa falta de fiabilidade agravou-se à medida que a distância em que era travado o combate foi aumentando, primeiro com o surgimento das armas piro-balísticas e, por fim, com o aparecimento das armas de fogo.

Hoje o Homem, recorrendo às tecnologias mais desenvolvidas, está a tentar que as máquinas substituam os seus olhos e os seus braços e coloquem as bombas no sítio certo para produzirem apenas os efeitos programados. E até chama a estas bombas de "inteligentes". Porém, as máquinas, sendo criação humana, ainda falham mais que os indivíduos. E o mal é que quanto maior é a fiabilidade, maior é o poder destrutivo e, quando falha a primeira, o segundo não diminui, antes pelo contrário.

Podemos concluir que "guerra limpa" nunca existiu nem nunca existirá. É apenas uma preocupação "humanitária", louvável apesar de tudo, de causar o menor número de vítimas possível, quando se parte do pressuposto errado, desde o princípio da História, de que as guerras são inevitáveis. Só quando a Humanidade evoluir por forma a que não veja necessidade de recorrer à guerra para resolver os seus problemas, a tal preocupação deixará de existir. •

Inauguração Exposição no IPJ

ADFA mostra Guerra Colonial em Viseu



Fotos da Guerra Colonial, poemas de António Calvino e de Sá Flores e um conjunto de cartazes da ADFA e da Associação 25 de Abril, são elementos expostos no Instituto Português da Juventude, em Viseu, desde 1 de Abril até 4 de Maio, numa mostra organizada pela Delegação de Viseu.

A temática da deficiência também está patente, assim como a história da Revolução de Abril, com cópias dos comunicados do Posto de Comando nos primeiros momentos da revolução.

A cerimónia de inauguração contou com a presença dos representantes do Governo Civil e da Câmara Municipal de Viseu, do Regimento de Infantaria 14, da Liga dos Combatentes, da ACAPO, da

GNR e PSP, da Junta de Freguesia local, da Santa Casa da Misericórdia e de outras instituições que se associaram ao evento.

O presidente da Direcção Nacional da ADFA, Patuleia Mendes, e o presidente da Direcção da Delegação de Viseu, João Gonçalves, deram as boas vindas aos convidados, lembrando que o evento se encontra enquadrado pelo Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e pelas celebrações do 25 de Abril.

A exposição foi visitada pelas escolas de Viseu e pela população em geral, suscitando perguntas por parte dos mais novos, a que os associados e dirigentes da Delegação responderam, esclarecendo e acompanhando as visitas.

João Gonçalves disse ao ELO que "em

Viseu, a ADFA continua a estar em acção responsável a servir o País, continuando a obra de informar sobre os problemas que surgem com a guerra, defendendo sempre a Paz", realçando também que a iniciativa se deve muito à colaboração do IPJ, que abriu as instalações à exposição.

"Um povo sem memória é um povo sem futuro", salientou o engenheiro António Diniz, responsável pelo IPJ em Viseu, que acrescentou que "como casa da juventude, o IPJ tem a obrigação de mostrar aos jovens aqueles que se feriram e deram a vida pela Pátria.

Patuleia Mendes referiu que a guerra vivida no Iraque é uma guerra que para os deficientes militares e antigos combatentes em geral é familiar, pois todos

passaram pelas dificuldades como militares em conflito. "Queremos que esta geração conheça o que vivemos, o que demos à Pátria e o que esta nos exigiu".

O representante da Câmara Municipal e a representante do Governo Civil atribuíram grande importância à exposição, realçando o papel que assume no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

A cerimónia terminou com um beberete, que se seguiu à deposição de uma coroa de flores junto do quadro com os mais de nove mil nomes dos militares mortos na guerra, guardando-se um minuto de silêncio em honra daqueles militares. •

RV

Peditório

A vida, por mais difícil que seja, é e será sempre bela! Os filhos são o que de mais belo há no mundo! Às vezes a conjuntura da vida é que leva à destruição dos valores da família.

No momento, a situação da D. Laurentina, que ficou viúva do associado Branco, que a deixou com muitos filhos, carece urgentemente de ajuda para arranjo da casa, de chão térreo, sem telhado e onde chove na cama.

Este mês ofereceram o seu donativo Casimiro de Almeida, com 50,00 euros,

Rolando Silva, com 50,00 euros e João Gonçalves, com 15,00 euros. •

1-3-4

A Comissão para a área legislativa do Conselho Nacional da ADFA tem reunido, com frequência, concretizando a sua última reunião no dia 5 de Fevereiro, nas instalações da Delegação da ADFA de Coimbra. O produto dessas reuniões tem sido levado a Conselho Nacional e encaminhado para a Direcção Nacional, como aconselhamento da metodologia a seguir para a área legislativa, como congresso da ADFA.

No último Conselho Nacional não foi analisado o documento produzido pela comissão, por não se ter esgotado os pontos da ordem de trabalho, o que não inviabilizou que a Direcção Nacional tivesse tido conhecimento de mais este documento, de parecer e acompanhamento na área legislativa. No que se refere ao DL 134/97, de 31 de Maio, no último ELO, a DN faz referência ao processo que se encontra junto da Secretaria de Estado do Orçamento para aplicação. "Um compromisso do programa deste Governo", nesta fase do processo era importante a ADFA saber como, quando,

porquê e em que condições está a ser feito o estudo orçamental do projecto, em que bases, só nos escalões, nos escalões e nas promoções, no projecto apresentado pela ADFA ou um outro elaborado à margem desta?

Por tudo o que acontece na vida das pessoas e das associações, era importante o acompanhamento e esclarecimento aos associados, para, mais uma vez, não sermos confrontados com o Decreto-lei feito em condições que não dignificam a ADFA e os DFA. •

JG

Quotas em dia, ELO em casa

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas.

Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas na secretaria da sua delegação ou na Sede Nacional.

O valor anual das quotas é de 42,00 euros.

5.º Convívio da Comp. Cavalaria 2766

Dia 24 de Maio de 2003

Contactos:

Alf. Santos Tlm.: 937493637
Hipólito Tel.: 229683659
Tlm.: 963822002

Comp. Caçadores 2709 Muze do Batalhão de Caçadores 2915

Eduardo Albuquerque, pretende contactar camaradas da sua companhia para realizar um convívio

Tel.: 214579356
Tel.: 962897565

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Chama da Solidariedade

A Praça D. João I, mais conhecida pela "Praça dos Cavalos" é, na cidade do Porto, o local onde foi instalado um quiosque com informação sobre as associações e instituições concelhias e a "Chama da Solidariedade" que até ao final do ano ficará acesa como símbolo para a sociedade, para lembrar as necessidades das pessoas com deficiência.

A ADFA disponibilizou-se para assegurar com outras instituições o funcionamento do quiosque, assim como promover algumas actividades naquele local com o objectivo de sensibilização dos problemas da deficiência.

Colóquio sobre acessibilidades

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia levou a efeito, no dia 14 de Abril, no auditório Municipal, um colóquio sobre acessibilidades que contou com a presença do governador civil do Porto, dos vereadores municipais da Acção Social e do Urbanismo daquela Câmara, de representantes da Assembleia Municipal, de associações e instituições ligadas à deficiência, de técnicos e de cidadãos alguns dos quais com deficiência.

O responsável pelo Urbanismo no concelho de Vila Nova de Gaia, professor Poças Martins, mostrou-se receptivo às sugestões apresentadas por alguns dos intervenientes que o interpelaram no decorrer do debate sobre os aspectos relacionados com o cumprimento do Decreto-Lei n.º 123/97, tendo-se mostrado sensibilizado pela forma dialogante e construtiva como o tema tinha sido debatido no colóquio.

Também referiu que nesta matéria tinha de imperar o bom senso e que o Governo deveria disponibilizar dotações orçamentais para o cumprimento daquele diploma legal.

O presidente executivo do Metro do Porto, professor Oliveira Marques, também deu a conhecer as preocupações que tinha tido enquanto responsável pelos Serviços de Transportes Colectivos do Porto, assim como desafiou os presentes a apresentar-lhe sugestões que melhorem a acessibilidade e a mobilidade no metro do Porto.

Este debate que teve como pretexto a comemoração do Ano Europeu das Pessoas

com Deficiência, serviu igualmente para alertar, facto referido por vários dos representantes das associações e instituições de deficientes, para que no final do ano o balanço do que mudou seja francamente positivo e não se fique apenas pelas intenções.

Quiosque da Solidariedade

A abertura do quiosque e o acender da Chama da Solidariedade em Matosinhos teve lugar no dia 5 de Abril, junto ao edifício da Câmara Municipal.

Esta iniciativa integrou-se na semana da comemoração do município de Matosinhos, cujo programa incluiu um conjunto de outras actividades, designadamente a apresentação de um projecto para tornar a Casa Museu da Quinta de Santiago num edifício acessível, bem como a adaptação e criação de um percurso acessível na cidade de Matosinhos.

Autocarro Europeu

O Autocarro Europeu foi recebido em Chaves no dia 14 de Abril, na localidade de Oura, por um grupo de motards que o escoltou até à presença das entidades oficiais no Largo do Arrabalde, onde decorreu uma cerimónia de boas vindas.

No dia 15 de Abril, o autocarro deixou a cidade de Chaves com destino a Espanha tendo sido acompanhado por um cortejo onde se integravam as autoridades oficiais, representantes das associações de deficientes do distrito e da região, corporações de Bombeiros, Cruz Vermelha, Polícia de Segurança Pública, Brigada de Trânsito e população.

A ADFA associou-se a esta manifestação tendo participado nos vários momentos através de representante e associados do Núcleo do Alto Tâmega.

Participação da ADFA

A ADFA está representada junto da Câmara Municipal de Chaves nas seguintes comissões:

- Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, no Alto Tâmega;
- Comissão de arranjos urbanísticos da Zona Histórica de Chaves;
- Comissão da Rede Social de Chaves;
- Comissão Organizadora das II Jornadas

Recreativas para Populações Especiais a realizar-se nos dias 16, 17 e 18 de Maio.

Próximas actividades

Para além das actividades já levadas a cabo integradas no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, vão ainda ter lugar as seguintes:

2/3 de Maio - Exposição Itinerante: "Novas Tecnologias". Largo das Termas;

16, 17 e 18 de Maio - Jornadas Recreativas para Populações Especiais;

22 de Maio - 15h00 - Encontro Técnico Autárquico - "Urbanismo e Habitação: eliminação de barreiras". Hotel Aquae Fláviae;

8 de Julho - Convívio - Jardim Público;

9º Encontro de Associados

Pela nona vez consecutiva os associados dos concelhos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim realizaram o encontro anual, tendo cabido aos de Vila do Conde a sua organização.

O programa do encontro constou de uma exposição de pintura constituída por trabalhos dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais da Delegação do Porto, e de um jantar de confraternização.

Os trabalhos de pintura estiveram expostos de 12 a 19 de Abril, no Salão da Junta de Freguesia de Vila do Conde, tendo no dia 17 de Abril contado com a presença da vereadora da Acção Social e da Cultura da Câmara Municipal de Vila do Conde, Elisa Ferraz, que manifestou a sua admiração pela acção desenvolvida pela ADFA e pelo papel positivo que o Centro de Actividades Ocupacionais desempenha na valorização pessoal dos seus utentes. A autarca, para além das suas funções públicas, também participa numa organização de pessoas com deficiência.

O jantar de confraternização teve lugar na Quinta-feira Santa, com a presença de cerca de 70 associados e familiares. No final usaram da palavra o presidente da Direcção da Delegação do Porto e o presidente da Junta de Freguesia de Vila do Conde, que referiram a forma associativa como o encontro tinha decorrido.

Cruzeiro no Rio Douro

A Delegação do Porto informa que já se encontram encerradas as inscrições para o cruzeiro no rio Douro. As solicitações têm sido muitas e por esse facto, a Delegação vai procurar organizar nova viagem, pelo que se pede a maior compreensão e atenção para notícias próximas.

Os inscritos na viagem de 10 de Junho devem proceder ao levantamento dos respectivos bilhetes de acesso até ao final do mês de Maio.

Viagem aos Açores

Estão abertas as inscrições para a viagem aos Açores que vai decorrer de 16 a 22 de Agosto.

Os associados interessados deverão proceder à sua inscrição o mais depressa possível.

Stress de Guerra

No dia 6 de Maio vai ter lugar um Colóquio sobre Stress Pós-Traumático de Guerra, em Vila Real com a participação de entidades oficiais, técnicos e associados. O evento conta com o apoio da Câmara Municipal e do governo civil de Vila Real.

Encontro em Paços de Ferreira

O encontro dos associados dos concelhos de Paços de Ferreira e Paredes vai ter lugar no dia 21 de Junho, em Paços de Ferreira.

O programa do encontro será divulgado oportunamente junto dos associados.

Comemorações do 25 de Abril

Jantar Evocativo

A Delegação do Porto evocou a passagem do 29º aniversário do 25 de Abril com a realização de um programa de que se destaca o jantar na noite de 24 para 25 de Abril.

O jantar que contou com a participação de associados, familiares e alguns convidados, foi enriquecido com a apresentação de uma comunicação pelo professor Hélder Pacheco, investigador da história do Porto e das suas gentes, tendo o tema abordado sido "A democracia e o Associativismo na Cidade do Porto".

No dia 25 de Abril decorreu, pelas 10h00, uma cerimónia de hastear da Bandeira Nacional com a participação de uma Secção de Caixas e Clarins da Fanfara da Região Militar do Norte. O programa teve o seu encerramento com a realização do torneio de futebol "Liberdade" entre uma equipa da

Delegação do Porto e outra do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Um ano mais, pretendeu-se com a realização deste programa, afirmar os valores do 25 de Abril e vincar a ligação entre aquela data e o fim da Guerra Colonial.

Junta de Freguesia de Ramalde

A Guerra Colonial, o 25 de Abril e o papel do associativismo dos deficientes militares na alteração das mentalidades foi o tema da comunicação apresentada pelo presidente da Direcção da Delegação do Porto no dia 25 de Abril, na Junta de Freguesia de Ramalde.

Esta integrou-se nas comemorações do 25 de Abril levadas a cabo por aquela autarquia que também apresentou uma exposição documental alusiva ao tema, na sua maior parte constituído por documentos cedidos pela Delegação do Porto.



Um dos eventos com que a Delegação do Porto comemorou o 25 de Abril

Viagem a Lourdes

A Delegação de Lisboa, através do seu Departamento de Cultura Desporto e Lazer, organizou uma excursão de 23 a 27 de Abril a Andorra e Lourdes, para associados e familiares.

Foram 44 os associados e familiares que participaram, sendo a mais "jovem" de 87 anos - a D. Teresa, mãe de um nosso associado.

No dia 23 o grupo saiu de Portugal por Badajoz, almoçando em Talavera de La Reina e pernoitando em Saragoza. No dia seguinte, partida em direcção aos Pirenéus, pernoitando em Andorra, tendo sido, segundo os organizadores, "muito apreciadas aquelas maravilhosas paisagens".

No dia 25 o grupo partiu em direcção a Lourdes, aproveitando o bom tempo para atravessar os Pirenéus cheios de neve, tendo-se passado por estâncias de sky e pela cidade de La Seu D'Argell. Neste dia, muito importante para Portugal, após o jantar, foi feita uma alusão ao 25 de Abril por alguns elementos da Direcção da

Delegação, tendo sido cantada por todos a canção "Grândola Vila Morena".

No dia 26 efectuou-se uma visita à bonita cidade de Mariana, apreciando o seu aspecto majestoso e com um guia local o grupo foi à Gruta de Massabielle, à catedral subterrânea (localizada abaixo do nível do rio, feita em betão com capacidade para 20 mil pessoas). Visitou-se também a casa onde nasceu e viveu santa Bernadette. O grupo conheceu também as Grutas de Betharram, localizadas a 15 quilómetros de Lourdes, viajando de barco e de comboio no seu interior.

No dia 27 foi o regresso a Lisboa, pela fronteira de Vilar Formoso, "num ambiente de sa



DELEGAÇÃO DE LISBOA

convivência e camaradagem, não tendo deixado por mãos alheias as canções da nossa "terra" e as anedotas da mais diversa índole".

Com esta iniciativa a que outras se seguirão, a Direcção da Delegação pretende "reforçar os laços de amizade e solidariedade entre os associados, o que efectivamente aconteceu, porque em todo o lado se ouvia dizer "à próxima não faltarei".

Cultura e Lazer

III Torneio de Jogos de Salão do Lar Militar

FARINHO LOPES



O Serviço de Acção Social da Delegação de Lisboa apoiou o grupo de voluntários e da Comissão de Residentes do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, nos dias 25, 26 e 27 de Março, o III Torneio de Jogos de Salão do Lar Militar.

Disputaram-se cinco modalidades: cartas, damas, dominó, xadrez e trivial pursuit.

Os resultados do dominó foram os seguintes: Manuel Vaqueiro - 1º, Armindo Martinho - 2º, Domingos Ribeiro - 3º.

No trivial pursuit, Manuel Vargas alcançou

a primeira posição, seguindo por Gil Tavares e João Teixeira, ficando em terceiro lugar Vítor Ribeiro e António Góis.

No xadrez, Carlos Alberto venceu, seguindo-se Vítor Ribeiro, Nuno Rocha e Paulo Almeida.

Na sueca, a dupla Manuel Vaqueiro/Fernando Gomes bateu os segundo e terceiro classificados, respectivamente, as duplas José Diogo/José Pereira e Gil Tavares/António Góis e Jorge Marques/António Silva.

Nas damas venceu Gabriel Alves, seguindo, na segunda posição, por Jorge Marques, Domingos Ribeiro e Armindo Martinho, e por José Diogo e Bruno Pinto.

Os voluntários Hélio Santos e Vasco Rocheta apoiaram a iniciativa e os representantes da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro e Fernando Carvalho, realçaram o "bom convívio", salientando que pensam "alargá-lo a mais participantes de outras instituições".

Foram distribuídos t-shirts, medalhas, bonés, canetas e diplomas de participação.

Na cerimónia de encerramento do Torneio, decorreu um lanche-convívio, depois da atribuição dos prémios e lembranças.

RV

Núcleos em acção

Cascais e Sintra reforçam descentralização

Dando continuidade ao objectivo da Delegação de Lisboa, realizou-se no dia 23 de Março, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Cascais, a reunião plenária dos associados residentes naquele concelho destinada a eleger a Direcção de mais um Núcleo da Delegação.

A reunião convocada nominalmente, foi muito participada e demonstrativa de que os associados pretendem criar junto das suas áreas de residência estruturas da ADFA que possibilitem um maior espírito de coesão e convivência associativa.

A Direcção do Núcleo de Cascais ficou constituída pelos associados: presidente - Mário Vicente Cornélio, n.º 14981; 1º Vogal - José Fernando Ferreira dos Reis, n.º 7613; 2º Vogal - Manuel Viana Martins, n.º 4744.

Na Sede dos Bombeiros Voluntários de Sintra, no dia 30 de Março, teve lugar a reunião

plenária para constituição do Núcleo naquela área, que abrangerá as freguesias de Sintra, Almargem do Bispo, Terrugem, Belas, Cacém, Casal de Cambra, Colares, Mem Martins, Montelavar, Pero Pinheiro, Queluz, Rio de Mouro e São João das Lampas, onde residem cerca de 450 associados.

Dada a grande dispersão do concelho de Sintra, os associados presentes manifestaram o desejo de que a Sede do Núcleo fosse instalada na área de Algueirão - Mem Martins, por ser "um ponto mais central da linha de Sintra".

A Direcção do Núcleo é constituída pelos associados: presidente - António Joaquim Macedo Fernandes, n.º 8270; 1º Vogal - Daniel Rodrigues Alves, n.º 3190; 2º Vogal - Manuel Luís Pina Vaz, n.º 4754.

"Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa saúdam a criação destes dois núcleos, desejando que a participação dos associados torne a ADFA mais viva naquelas áreas", realçaram os dirigentes, que acrescentaram que "a Delegação de Lisboa agora com os seus 14 núcleos considera que toda a zona da Grande Lisboa e

concelhos limítrofes, tem uma resposta de proximidade aos associados e familiares que no dia a dia se defrontam com problemas sociais que podem ter ao nível local, soluções mais rápidas e funcionais".

Segundo os Órgãos da Delegação, "os cerca de 5500 deficientes militares residentes na área da Delegação de Lisboa, podem agora participar activamente, nos destinos da nossa Associação".

Núcleo de Torres Vedras

O Núcleo da ADFA em Torres Vedras, sito na Rua da Olivença, n.º 4 - r/c dto., 2560-232 Torres Vedras, já se encontra aberto no seguinte horário: Terça-feira, das 21h30 às 22h30; Quarta-feira, das 10h00 às 11h00; Quinta-feira, das 15h30 às 16h30.

A inauguração oficial está prevista para curto prazo, "de acordo com as disponibilidades da excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras". Na ocasião, os associados serão convidados individualmente por circular própria.

VI Encontro Desportivo para Deficientes

No próximo dia 24 de Maio, Sábado, Sede da ADFA, a Delegação de Lisboa vai realizar o VI Encontro Desportivo para Deficientes.

Pelas 09h00 faz-se a recepção dos participantes, com início dos torneios de ténis de mesa, snooker e sueca, pelas 9h30.

Às 13h00 tem lugar o almoço e a recepção dos participantes do remo adaptado é feita às 14h30. O início do torneio de remo adaptado será às 15h00.

O encontro desportivo culmina pelas 17h30, com a distribuição de prémios e encerramento.

Dez dias em passeio

De 6 a 15 de Junho, a Delegação de Lisboa, vai organizar um passeio de férias de dez dias a Benidorm, com visitas a diversas cidades e locais de Espanha.

Para além de seis dias passados nas praias de Benidorm, em hotéis de três estrelas, com pequenos almoços e refeições diárias completas, estão incluídos, seguro de viagem, taxas e impostos.

O preço por pessoa é de 445,00 euros. Em single o preço é acrescido de mais 116,00 euros. As inscrições podem ser efectuadas pelo número 217 512 600.

Programa

1º dia - 6 de Junho - Lisboa/Madrid - 07h00 - saída de Lisboa em direcção Badajoz (paragem), Talavera de La Reina e Madrid. Após o jantar saída para uma volta pela cidade.

2º dia - 7 de Junho - Madrid/Benidorm - pequeno-almoço no hotel, saída em direcção a Ocaña, Albacete e Benidorm.

3º, 4º e 5º dias - 08, 09 e 10 Junho - Benidorm - pensão completa. Dias livres para desfrutar a praia, a animação e as compras.

6º dia - 11 Junho - Benidorm - pequeno-almoço no hotel. Saída em direcção a Elche, com visita o excelente Palmeiral. Continuação da viagem em direcção a Manga del Mar Menor. Tempo livre e regresso ao final do dia a Benidorm.

7º e 8º dias - 12 e 13 Junho - Benidorm - pensão completa. Dias livres para desfrutar da praia, fazer compras, visitar o parque temático Terra Mítica.

9º dia - 14 Junho - Benidorm/Toledo - após o pequeno-almoço no hotel, saída em direcção à cidade de Alicante (paragem), Continuação até Toledo. Tempo livre para visitar a cidade de Castela de La Mancha.

10º dia - 15 Junho - Toledo/Lisboa - pequeno-almoço no hotel. Manhã livre. Possível visita a uma fábrica artesanal em Toledo. Após o almoço, saída em direcção a Lisboa, com chegada prevista às 22h00.

Acções de formação no Pavilhão do Conhecimento

Através do serviço de Acção Social da Delegação de Lisboa, alguns associados portadores de deficiência visual frequentaram acções de formação na área da informática, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa.

As actividades proporcionadas pelo Pavilhão do Conhecimento prendem-se com:

"Introdução à Internet" - sessão de formação onde se explica o que é a Internet, como criar um e-mail e como fazer pesquisas, entre outros temas. As sessões são acompanhadas de uma parte mais prática onde são fornecidas fichas de trabalho sobre variados temas que os visitantes executam.

"Construção de páginas WWW" - atelier onde se ensina a construir um site sobre um tema à escolha do visitante e que será depois publicado na Internet.

"Realização do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação" - exame prático que visa certificar um conjunto de competências básicas em tecnologias da informação. Antes de realizar o exame, o visitante pode fazer uma formação para aprender a realizar o mesmo.

"Aprender a consultar CDRom" - o visitante pode consultar os vários CDRom pedagógicos de que o serviço dispõe.

O acesso, o estacionamento e as casas de banho estão preparadas para pessoas com mobilidade reduzida e portadores de deficiência visual, mental ou surdez.

Delegação de Castelo Branco promove colóquios

Guerra, deficiência e cidadania

A Delegação de Castelo Branco promoveu na semana de 24 a 28 de Março, em seis escolas do distrito, uma série de colóquios subordinados aos temas "Guerra para construir a paz e exclusão social das pessoas com deficiência para criarmos sociedades inclusivas, onde todos possam fruir de plena cidadania" que tiveram como orador principal o associado Manuel Lopes Dias, da Delegação de Lisboa.

A iniciativa da Comissão Administrativa da Delegação, que teve em atenção o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, envolveu cerca de 650 alunos do 5º ao 11º anos e professores das áreas de História, Geografia e Economia.

"Os Colóquios foram um êxito, sempre com muita gente presente e sempre com as salas cheias, o que fez com que todas as expectativas fossem excedidas", referem os organizadores, fazendo um balanço em que salientam que "o êxito se deveu em grande parte ao orador, coronel Lopes Dias, que, segundo os professores é um ótimo comunicador e que deu aos alunos uma boa lição de cidadania".

Todas as escolas envolvidas manifesta-

ram vontade de ver este tipo de acções repetida no próximo ano lectivo, porque acham "importante consciencializar as crianças e jovens das consequências dos conflitos armados, sensibilizar para os problemas das pessoas com deficiência, compreender a Guerra Colonial".

Para professores e dirigentes da ADFA, "a melhor forma de imaginar é a partilha de experiências, ainda que marcantes. Os alunos aprendem mais numa hora de colóquio do que em meia dúzia de aulas".

A escola Faria de Vasconcelos, em Castelo Branco, disse que gostaria de poder contar com a colaboração da ADFA na abordagem dos conteúdos programáticos do 9º e 12º anos de escolaridade "A Guerra Colonial", no 3º período deste ano lectivo.

Face ao êxito alcançado nesta iniciativa, que contou com o apoio do Governo Civil e da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Castelo Branco, da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, e da Junta de Freguesia do Fundão, a Delegação de Castelo Branco pretende repetir este tipo de acções noutras escolas.



DELEGACÃO DE CASTELO BRANCO

A imprensa regional de Castelo Branco, os jornais "Reconquista" e "Gazeta do Interior" fizeram eco da iniciativa e realçaram os pro-

blemas que atingem ainda os deficientes militares e a vida recente da Delegação, entrevistando os seus dirigentes. •

Bragança

Cruzeiro no Douro

A Delegação de Bragança vai realizar um cruzeiro no rio Douro, no dia 18 de Maio, com partida de Bragança em autocarro, passando por Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Real-Pinhão e viagem de barco até Barca Dalva, Pocinho e Bragança.

O preço de inscrição para adultos é de 75,00 euros por pessoa e para crianças até aos 11 anos há um desconto de 50 por cento. As crianças até aos cinco anos viajam gratuitamente.

Está incluído na viagem o percurso de autocarro e de barco, com direito a almoço e lanche servido no barco.

As inscrições devem ser confirmadas até ao dia dez de Maio e a Delegação apela aos associados que estiverem interessados em participar neste cruzeiro que façam a sua inscrição dentro prazo. •

Aniversário da Delegação

A Delegação de Bragança vai realizar o seu aniversário na vila de Mogadouro, no dia 22 de Junho, no próximo número do ELO será divulgado todo o programa. •

Castelo Branco

Aviso aos associados

O coordenador da Comissão Administrativa da Delegação de Castelo Branco estará na Sede da Delegação para receber todos os associados que aí se queiram deslocar para tratar de assuntos associativos, no próximo Sábado, dia 3 de Maio, das 9h30 às 12h30. •

Cicloturismo

O 5º Passeio de Cicloturismo de Cebolais de Cima terá lugar no dia 25 de Maio, sendo a concentração às 08h30 frente ao café/restaurante "Caçador" de Cebolais de Cima, com organização do Grupo de Cicloturismo "Os Beirões" e com o apoio técnico da Associação de Cicloturismo de Castelo Branco.

Para quaisquer informações, os interessados poderão contactar o número 272 998 319 ou 96 906 7355 (Quintela).

As inscrições custam 7,50 euros por cicloturista ou acompanhante, com direito ao almoço, e podem ser feitas até ao dia 21 de Maio, por

escrito, à Associação de Cicloturismo de Castelo Branco, Rua Vaz Preto, 3, 6000 Castelo Branco.

O percurso terá a extensão de 60 Km, com partida do Café/Restaurante "Caçador", de Cebolais de Cima, e chegada em frente à Junta da Freguesia de Cebolais de Cima.

O almoço será servido pelas 13h30, no café/restaurante "O Caçador", no Largo da Igreja. •

Évora

Excursão

A Delegação de Évora está a organizar uma excursão ao Porto, Famalicão e Minho, a ter lugar nos dias 7, 8 e 9 de Junho.

A partida efectua-se em Évora, às 07h30 do dia 7 de Junho, podendo alguns interessados apanhar o autocarro durante o itinerário.

A chegada a Évora está prevista para as 21h00 do dia 9 de Junho.

Os interessados devem dirigir-se à Delegação de Évora para informações e inscrições ou telefonar para o número 266 703 473, até 23 de Maio. •

Próximas Actividades

Vai realizar-se mais uma reunião mensal na Delegação de Évora, no dia 10 de Maio, Sábado.

Pelas 10h30 tem lugar a reunião de associados, seguida de almoço, às 12h30. O encontro culmina num convívio associativo que tem início pelas 15h00. •

Famalicão

Aniversário da Delegação

O 29º aniversário da Delegação de Famalicão vai realizar-se em Guimarães, no dia 25 de Maio.

O programa das celebrações inclui uma recepção aos convidados e associados nas instalações do núcleo de Guimarães, pelas 10h00, uma missa na Igreja de S. Dâmaso (por trás do Castelo de Guimarães), pelas 12h00, e um almoço-convívio no Restaurante DanJosé, na Penha em Guimarães, pelas 13h30.

Os preços, dos quatro aos 11 anos, são de 11,50 euros por pessoa e para maiores de 11 anos são de 23,00 euros por pessoa. Para crianças até aos quatro anos o evento é gratuito.

As inscrições efectua-se na Delegação de Famalicão e nos núcleos de Braga e Guimarães até ao dia 17 de Maio. •

Consultas de Clínica Geral

Todas as segundas-feiras, de tarde, a partir das 17h00, há consultas de Clínica Geral na Delegação de Famalicão, por marcação. •

Núcleo de Braga

No mês de Maio, as funcionárias deslocar-se-ão ao Núcleo de Braga no terceiro Sábado do mês, dia 17 de Maio, e não no primeiro Sábado como está estipulado pelas respectivas direcções. •

Quotas da ADFA

A Delegação de Famalicão chama a atenção dos associados que ainda não pagaram as suas quotas referentes ao ano de 2003, "que o façam logo que possível, pois a sobrevivência da Delegação e de todo o apoio prestado pela mesma aos seus associados e familiares, depende em grande parte da sua quotização".

Os Órgãos Sociais da Delegação de Famalicão lembram que "prestação de serviços, apoio e ELO em casa, só com as quotas em dia".

Reuniões na Delegação

A Direcção da Delegação de Famalicão reúne todas as primeiras Terças-feiras de cada mês, pelas 21h00, na Sede da Delegação.

"Se tiveres qualquer assunto ou problema que queiras expor directamente, comparece, serás sempre bem vindo e bem recebido", salientam os dirigentes, acrescentando que "será conveniente um contacto prévio com os serviços de secretaria, para confirmação da efectivação da reunião, pois por motivos imprevistos e de última hora, poderá ser alterada para outro dia do mês".

Os associados interessados podem utilizar os telefones 252 322 848 ou 252 376 323 ou o telemóvel 91 959 4527, das 09h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

Faro

24º Aniversário da Delegação

Um almoço-convívio no restaurante "Caçarola", em Vila Real de Santo António, no dia 5 de Abril marcou o 24º Aniversário da Delegação de Faro.

"Participaram cerca de 80 pessoas e tudo correu normalmente", informou o presidente da

Direcção da Delegação de Faro, Nicolau Rufino.

Usaram da palavra o presidente da Direcção da Delegação, o representante da Direcção Nacional e o presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional. •

Madeira

Aniversário da ADFA

A Delegação da Madeira está a organizar um passeio a Lisboa para participar nas comemorações do 29º Aniversário da ADFA.

A saída do Funchal será no dia 14 Maio, às 12h00, e o regresso tem lugar no Domingo, 18 Maio, pelas 17h00.

O alojamento será em quarto duplo e o preço por pessoa inclui passagem e alojamento para quatro noites 300,00 euros. Os interessados devem contactar a Delegação para inscrições até o dia 7 de Maio. •

Férias no Porto Santo

A Delegação da Madeira está a organizar umas férias no Porto Santo, de 23 de Julho a 1 de Agosto.

Este ano a deslocação habitual ao Porto Santo será realizada na ocasião do São João. A saída do Funchal é no dia 23, com regresso a 1. A estada é no Destacamento Militar de Porto Santo.

Para inscrições e mais informações os interessados devem contactar a Delegação até 9 de Junho. •

Aniversário da Delegação

No dia 15 de Junho realiza-se um almoço-convívio em São Vicente, para celebrar o aniversário da Delegação da Madeira. Os associados podem solicitar mais informações na Delegação.

Setúbal

Viagem a Marrocos adiada

A Direcção da Delegação de Setúbal informou que, em virtude das recentes manifestações sobre a guerra no Iraque em Marrocos, a viagem associativa que estava prevista para a última semana de Abril foi adiada para Outubro.

Os associados podem inscrever-se para a viagem que os levará a Marrocos entre 4 e 11 de Outubro. As alterações ao programa vão ser divulgadas nas próximas edições do ELO. •

Dia do Combatente

67.^a romagem à Batalha

A ADFA participou na comemoração da 67.^a romagem à Batalha, no dia 9 de Abril, Dia do Combatente, comparecendo junto ao túmulo do soldado desconhecido.

Depois da concentração dos convidados, deputações e associados em frente à fachada principal do Mosteiro da Batalha, foi feita a recepção do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, alta entidade que presidiu às cerimónias. O presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes recebeu o secretário de Estado e depois da prestação de honras militares as entidades e público em geral entraram na Igreja do Mosteiro pela porta principal.

Seguiu-se uma missa de sufrágio pelos combatentes e a saída em cortejo da Igreja para a Sala do Capítulo, onde as foram efectuadas as alocações alusivas à cerimónia.

O secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, anunciou que o Ministério da Defesa Nacional vai convidar as associações de antigos combatentes para com ele visitarem o Arquivo Geral do Exército e "comprovarem "in loco" o esforço que está a ser feito" face ao tratamento dos processos dos 700 mil antigos combatentes (Lei n.º 9/2002).

A ADFA, bem como todas as entidades convidadas, depôs uma coroa de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, prestando-se a seguir as honras militares ao Soldado Desconhecido.

A celebração culminou na visita do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes ao Museu das Oferendas, acompanhado pelos convidados, sendo assinado o Livro de Honra. •

RV e FL



FARINHO LOPES

Benefícios para associados Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/moras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luis Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra. •

PT Voz Activa

Solução de Internet inédita para cegos e amblíopes

No âmbito do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, a PT Comunicações lançou, no dia 26 de Março, um serviço totalmente inédito no mundo, especialmente concebido para pessoas cegas e amblíopes que proporciona a audição dos conteúdos da Internet.

Designado por PT Voz Activa, o serviço foi apresentado na Sede da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), durante uma cerimónia de assinatura de um protocolo de cooperação entre a Associação e a PT Comunicações.

O protocolo consolida uma já longa parceria entre estas instituições, no âmbito das suas iniciativas de apoio social, estabelecendo moldes de cooperação entre ambas. As áreas da

formação, consultoria, criação de nova imagem e ainda as condições para que a ACAPO passe a vender serviços da PT na sua loja, localizada em Lisboa, são alguns dos vários pontos abrangidos por esta colaboração.

No âmbito deste protocolo, a PT Comunicações irá oferecer à ACAPO, 20 Kits PT Voz Activa.

PT Voz Activa

O PT Voz Activa é um "software" que permite ouvir, a partir de um computador, a informação enviada via Internet, quer sejam mensagens de correio electrónico ou outra informação proveniente da Internet. A voz que

realiza esta leitura recorre ao Português Europeu, o que constitui uma novidade, em Portugal, neste tipo de produtos.

O PT Voz Activa possui um leitor de texto que interpreta os caracteres no monitor, enviando de seguida a informação para um sintetizador de fala que, por sua vez, encaminha os dados para a placa de som do PC do utilizador. Deste modo, o texto pode ser ouvido em alta voz através das colunas do computador.

A PT Comunicações terá o PT Voz Activa à venda nas suas lojas com um preço exclusivo para todos os clientes cegos e amblíopes, largamente inferior ao preço de venda ao público. •

RV

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários,
Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Clementina Godinho Rebanda, esposa de um Deficiente das Forças Armadas

"A minha vida tem sido uma guerra"

O papel das mulheres na vida dos deficientes militares manteve-se esquecido por muito tempo. Cada vez se torna mais importante para suprir as necessidades dos deficientes militares que caminham para a terceira idade. Clementina Rebanda é um exemplo de quem tem sofrido com as doenças dos antigos combatentes. Uma situação grave em que não são dignamente tratadas as doenças chamadas do foro constitucional como a esquizofrenia.

Rafael Vicente

Quem chega a casa de Clementina Godinho Rebanda não imagina, pela pacífica aparência do domicílio e da rua, o drama que vive todos os dias, como mulher de um antigo combatente, o sargento-mor Armando Sérgio Rebanda, deficiente das Forças Armadas, também portador de uma doença que a sociedade portuguesa ainda não está preparada para acompanhar: a esquizofrenia.

Clementina Rebanda contou ao ELO os anos em que tem acompanhado o marido, desde Angola, onde se conheceram, passando pela comissão na Guiné, voltando a Angola, também em comissão, e na então chamada "metrópole".

A história não é inédita. Um jovem militar, a comissão na Guiné, um acidente em deslocação numa viatura militar, traumatismo na cabeça e ferimentos pelo corpo. O regresso de um homem diferente à família.

Depois do acidente, Armando esteve internado no HMP Anexo, mas foi de novo chamado a cumprir mais dois anos de comissão, desta vez em Angola. Acabou por regressar ainda antes de ter terminado a comissão. "Desta vez registou-se uma grave perturbação psíquica que o levou a ser internado no Telhal e no Miguel Bombarda", recorda Clementina Rebanda, mostrando alguma mágoa porque "fiz toda a minha gravidez com ele internado". Para complicar os problemas e com o agravamento da sua doença, Armando Rebanda "pediu para sair da tropa", o que lhe foi concedido, porém "sem qualquer direito a assistência médica e sem apoio". Daquela forma nunca queriam atendê-lo.

Como tratar de um jovem portador de limitações que a guerra lhe tinha trazido no acidente que sofrera? Foi a pergunta que Clementina se colocou.

"Cheguei a estar numa audiência com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, para expor o caso do meu marido, mas acabei por nada conseguir", refere.

Mais tarde contactou com o Ministério da Defesa Nacional e o marido foi a uma junta médica onde lhe foi atribuído um grau de incapacidade, como Deficiente das Forças Armadas, pelos ferimentos e pela parte psíquica.

Na parte física, Armando sofreu fracturas numa perna (ficou com uma perna mais curta dois centímetros), nas costelas e no crânio, "de onde deriva a parte psíquica", considera Clementina.

A esposa de Armando Rebanda recorda com pesar a primeira fase da doença. "Vivíamos em Luanda e ele foi colocado em Carmona. Para não se separar de mim, não se apresentou e foi considerado refractário", lembra. Depois vieram os militares para o levar. "Foi traumático, pois eu e o nosso

filho, de três anos, não sabíamos o que se passava", recorda emocionada.

Clementina sabe de cor todos os episódios que a marcaram no seu casamento. "O tempo em que esteve bom comigo não chegou a 3 meses". Lembra-se "bem demais" do telegrama que recebeu a informar do acidente que o marido tinha sofrido na Guiné, "no dia em que fazia um ano de casada". No hospital, dava o almoço ao marido mas "passava fome". Foi aconselhada a pedir o divórcio, mas nunca aceitou essa ideia.

Clementina alertou os médicos para que tratassem da doença que o perturbava, além de lhe saírem as feridas. "Voltou da segunda comissão, em Angola, em camisa de forças e foi internado por um ano no Telhal", acrescenta.

Armando Rebanda não queria ficar longe da mulher e fugia, "pois não tinha consciência da doença" de que padecia. "Quando o visitava via o bolso cheio de medicamentos. Ele não os tomava", sublinha Clementina. Em casa revoltava-se, "subia e descia as escadas sem parar e quando estava cansado caía e ficava cheio de hematomas. Chegou a subir a escada de joelhos e não queria que o interrompêssemos", diz.

Foram anos de permanente incerteza e de internamentos sucessivos, com regressos a casa repetidos, "em que as coisas nunca melhoraram". Em cada alta que davam ao marido, "voltava tudo ao mesmo, com toda a violência de que nem consigo falar".

À custa do estilo de vida que foi necessário levar por diante para tratar do marido, Clementina Rebanda também veio a frequentar as consultas de Psiquiatria do HMP. "Estou afectada física e psicologicamente, não posso mais, faltam-me as forças", lamenta-se. "Tomava imensos comprimidos para dormir mas já não surtiam efeito."

Em 2001 foi permitido que ficasse no HMP, depois de uma audiência com o director do hospital.

Agora, "para o internar é uma guerra, depois de lá estar é sempre bem tratado".

Neste momento, Clementina vive o drama de não conseguir que o seu marido seja internado. Não pode ficar no HMP permanentemente e "os lares normais não aceitam quem sofre de esquizofrenia". No Telhal não há vagas, "é sempre muito difícil interná-lo e pouco depois já lhe estão a dar alta".

Sentindo as forças a esgotarem-se, pois não consegue sair de casa quando o marido não está internado, Clementina refere que tem medo dos seus impulsos e das suas fugas para a rua. "Vivo em sobressalto, a minha vida tem sido uma guerra", acrescenta.



Clementina Godinho Rebanda

Para que o marido tenha o acompanhamento necessário e adequado, Clementina espera que seja aplicado o que prevê o DL 43/76, em que se garante a dignidade aos DFA. "A minha cunha é a lista telefónica", diz, depois de explicar que tem telefonado para inúmeros lares, na esperança de que algum aceite internar o seu marido. "A esquizofrenia é o principal obstáculo e é o que lhe tira toda a qualidade de vida e a saúde", diz Clementina, acrescentando que entretanto foi internado num lar que se dispôs a aceitá-lo, mas a sua situação piorou e "temo que não fique lá por muito tempo". À espera de vaga no Telhal, Armando Rebanda já veio a casa de novo.

Clementina não esconde a dor que tem sentido. "Estou carente de carinho."

Com 57 anos sente-se esgotada. "perdi o pio", diz, realçando que gostava de cantar e que a solidão é tão terrível quanto necessária. Sem internamento o marido tende a piorar mas para Clementina Rebanda "o meu marido é como se fosse meu filho e não posso pedir o divórcio, não quero abandoná-lo".

Para afastar o corpo e a mente do cansaço, frequenta sessões de ginástica e natação várias vezes por semana. Preza a família e foi criada com as tradições "que hoje já não se vêem". A primeira coisa que mostrou à equipa de reportagem do ELO foi um quadro onde se vê a casa onde nasceu e foi criada, em Oliveira de Azeméis. Sente saudades desse tempo de juventude e lembra como já nessa altura cuidou do pai viúvo até casar.

Ao Ministério da Defesa Nacional lembra a situação de muitos antigos combatentes. Sugere que se "arranjem casas que estão devolutas para constituir um lar para estes homens".

Às mulheres dos deficientes militares pede que não desistam de ajudar os seus familiares e de lutar por melhores condições.

O caso de Armando e Clementina Rebanda tem sido acompanhado pelo Serviço Social da ADFA em articulação com o MDN.

Patuleia Mendes, presidente da DN, considera que "uma vez mais, temos que lastimar que, com uma estrutura modelar como é o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, que se tenha que recorrer a situações pouco dignificantes como esta para acorrer a uma situação dramática de deficiência de um DFA militar do quadro permanente".

"A terceira idade dos deficientes militares já chegou", afirma o presidente e continua: "as estruturas que existem para a resposta que o DL 43/76 impõe, como no caso do Lar Militar e do IASFA, não funcionam para estas situações".

Para o dirigente, "a situação é dramática e tornar-se-á "explosiva" a curto prazo, se não houver, como a ADFA tem defendido, uma política global e nacional nesta matéria, que erradique estas soluções casuísticas e de falta de dignidade para quem deu o melhor da sua vida aos serviços das Forças Armadas Portuguesas". •

Aprovados Orçamento e Actividades de 2002

FARINHO LOPES



A AGNO decorreu em Leiria

Os associados reunidos em Assembleia Geral Nacional Ordinária, no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, no dia 12 de Abril, aprovaram, por maioria, o Relatório da Actividades e Contas da Direcção Nacional e o Relatório de Actividades do Conselho Nacional, e analisaram positivamente o Parecer do Conselho Fiscal Nacional.

Foi também decidido realizar uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária exclusivamente para tratar do caderno reivindicativo da ADFA, em 28 de Junho próximo, em local a designar.

"A sala será seguramente pequena para tantos que queremos discutir estratégia reivindicativa da ADFA", afirma o presidente da DN.

O Parecer do Conselho Nacional sobre a execução do Orçamento de 2002 também foi aprovado por maioria.

A Direcção Nacional destacou alguns pontos das actividades e das contas Joaquim Mano Póvoas, 2ª vice-presidente da DN, lembrou que "a DN definiu que até final do mandato a ADFA deverá chegar à estabilidade objectiva", acrescentando também que "a situação melhorou para um resultado de mais 21 mil euros positivo, contra os cerca de 40 mil euros negativos de 2001". O dirigente explicou o desvio negativo de 30 mil euros nas contas da Sede Nacional com os gastos com comunicações, com formação profissional - que apresentou custos extraordinários de cerca de 67 mil euros - e com as indemnizações a pessoal dispensado - cerca de 100 mil euros. Em termos de património, o dirigente afirmou que a ADFA melhorou com um aumento. "Estamos a caminhar no bom sentido", afirmou Mano Póvoas, terminando com o apelo aos dirigentes para a necessidade de continuar o esforço de controlo dos custos, para criar melhores condições de estabilidade financeira.

A AGNO aprovou ainda uma das três propostas relativas ao aumento das quotas para 2004. A proposta que reuniu o maior número de votos (133) estabeleceu o aumento das quotas para os 3,75 euros por mês. A DN havia apresentado um valor de 4,00 euros mensais para as quotas.

Foi também feita uma análise e tomada uma decisão sobre as auditorias à permuta das instalações e gestão corrente da Delegação de Coimbra, antes do seu encerramento pelo CN de 23 de Março de 2002.

Sobre o tema, o presidente da DN apresentou a proposta para a evolução futura da situação, em que o Conselho Nacional, "considerando, ainda, todas as irregularidades contabilísticas e de gestão demonstradas, a exigir a investigação do Ministério Público", propôs à AGNO que ratificasse o registo da acção principal sobre a nulidade do negócio, apresentado em 3 de Abril, e a correspondente providência cautelar para restituição provisória das instalações, "avançando-se com tempestividade para a acção junto do Ministério Público".

A maioria dos associados presentes aprovou a proposta do CN sobre esta matéria, depois de no debate ter sido referido pelo associado e membro do CN, Humberto Sertório, que "ninguém chamou a anterior DN para esclarecimentos sobre a situação". (Ver caixa)

Mano Póvoas apontou que "a auditoria chegou a conclusões em que se deveria tomar atitude do ponto de vista legal, para que a ADFA não fosse ultrapassada".

A DN, no período de informações relativas à legislação, referiu que, no Diário da República n.º 86 - II Série, de 11/4/03, foi publicado o despacho n.º 7129/2003 (2ª série), em que consta que "(...) foi o 1º cabo (DFA)

(...) autorizado a ingressar no quadro permanente de praças do Exército (QPPE) desde 29 de Março de 2001 (data da declaração de opção pelo serviço activo em regime que dispense plena validade), em conformidade com o disposto na subalínea c) da alínea 3) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, tendo sido promovido aos postos abaixo indicados: Cabo-adjunto - com antiguidade de 1 de Janeiro de 1990; Cabo de secção - com antiguidade de 1 de Janeiro de 1998."

Para a DN, embora se trate de um caso de uma qualificação como DFA recente (data de 25/8/2000), não se pode deixar de salientar que "é a primeira vez que é reconhecido a uma praça o direito de opção pelo activo e, consequentemente, de progressão na carreira, com as ilações que se podem tirar quanto a casos semelhantes ou relacionados (como a extrapolação para as situações criadas com o DL n.º 134/97, de 31 de Maio)" e que "este despacho surgiu na sequência do trabalho feito pelo Gabinete Jurídico Nacional da ADFA, que pugnou e insistiu no reconhecimento do direito de opção das praças".

O presidente da DN salientou ainda os avanços no que respeita ao Estatuto do Deficiente Militar, com uma reunião em que se debateu o assunto. Acrescentou que já houve reuniões sobre a questão do DL 134/97, e que já há projecto sobre os acidentes com viaturas e com material bélico em zona operacional, e sobre as doenças adquiridas em zona operacional, num trabalho que contou com a colaboração da Delegação do Porto.

Sobre a Delegação de Lisboa, o presidente da DN referiu que "está em estudo a possibilidade de deslocá-la para fora da Sede Nacional", e que "os OSD devem passar para a Quinta das Camélias".

Foi ainda aprovada a proposta dos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa relativa ao alargamento do âmbito do DL 250/99, 7Jul, (GDFA) aos deficientes militares com incapacidade igual ou superior a 60 por cento, uma vez que actualmente só se encontram abrangidos, há quase quatro anos, apenas os que tiverem 80 por cento de incapacidade. Neste sentido a DN deverá apresentar uma proposta de diploma ao MDN.

Foi também aprovada a proposta dos OSD de Lisboa em que a DN deve exigir "com veemência" ao MDN a alteração do DL 134/97, "com a condição de que os direitos e deveres dos ex-milicianos, onde se incluem os praças, sejam iguais aos dos sargentos e oficiais". Segundo a proposta aprovada, a DN deve apresentar uma proposta de diploma que considere que "os deficientes em serviço, cujos acidentes ocorreram com material bélico ou em zonas consideradas de risco sejam qualificados como acidentes ocorridos em campanha". •

RV

Ex.mo Senhor
Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional

Durante o desenrolar dos trabalhos da Assembleia Geral Nacional, que teve lugar no passado dia 12 de Abril em Leiria, sentimos que a forma como a questão das instalações de Coimbra foi apresentada, afectou o nosso relacionamento com diversos camaradas, sentindo-nos vexados e de algum modo condenados moralmente pelo sucedido.

Verificamos também que o modo como o assunto foi apresentado pela Direcção Nacional à Assembleia, criou um clima pouco propiciador a um esclarecimento, favorecendo a nosso ver um dos grupos de associados da Delegação.

Nesta situação é nossa convicção que não existem condições para continuarmos a exercer condignamente as funções de membros efectivos do Conselho Nacional da ADFA, pelo que renunciámos aos nossos mandatos.

Uma vez que fomos eleitos em escrutínio nacional, entendemos que as razões que nos levam a renunciar a este cargo associativo, devam ser do conhecimento de todos os associados, pelo que tomamos a liberdade de enviar a presente carta para publicação no Jornal ELO. •

Os membros do Conselho Nacional
Humberto Sertório Fonseca Rodrigues,
associado n.º 150; Augusto António Catarino
Salgado, associado n.º 6627 e João Manuel
Sarmiento Coelho, associado n.º 1868

Reunião Ordinária do Conselho Nacional

Na sua reunião ordinária de 29 de Março, o Conselho Nacional deliberou, após a análise da execução orçamental relativa a 2002, apresentada pela DN, e de prestados os esclarecimentos solicitados por alguns conselheiros, aprovar por unanimidade o Parecer relativo ao cumprimento do orçamento de 2002.

Sobre o Relatório de Actividades do Conselho Nacional de 2002, e depois de posto à discussão juntamente com o Parecer Semestral do CFN sobre as actividades e situação financeira da ADFA, foi apresentado à votação, sendo aprovado por maioria, sem votos contra, uma abstenção e 24 votos a favor.

O presidente da DN historiou o processo relativo à Delegação de Coimbra e solicitou à Mesa que os auditores que procederam à auditoria tomassem lugar na sala para apresentarem os seus relatórios. Os auditores prestaram os esclarecimentos solicitados por alguns conselheiros, após o que foram lidos os dois pareceres jurídicos sobre a permuta das instalações da Delegação de Coimbra e foi lida uma proposta da DN sobre o mesmo assunto, no sentido de se adoptar a "metodologia de evolução, para onde aponta o parecer da doutora Liliana Catarino, registando-se a acção de nulidade do negócio, até ao dia 12 de Abril, avançando-se, com tempestividade, com a correspondente providência cautelar e acção junto do Ministério Público". Depois de discutida, esta proposta foi aprovada por maioria, sem votos contra, nove abstenções e 13 votos a favor.

Os pontos sobre o aumento de quotas para 2004, a alteração dos Estatutos e Regulamentos da ADFA, o ponto da situação sobre reivindicação legislativa e as informações da DN não foram tratados, devido ao adiantado da hora e de se ter excedido o tempo limite fixado para a duração do CN.

A reunião contou com as presenças de dez conselheiros efectivos e três suplentes da Lista Autónoma, dois elementos da MAGN, sete da DN, quatro do CFN e das delegações dez conselheiros, não estando representados os conselhos das delegações de Castelo Branco e Coimbra, em virtude de estas delegações estarem a ser geridas por comissões administrativas.

Como observadores assistiram dez associados (Açores, Bragança, Coimbra, Lisboa, Porto e Viseu).

No período de antes da Ordem do Dia haviam usado da palavra os conselheiros Carmo Vicente e Anquises de Carvalho. O primeiro leu um documento com críticas à actuação da DN face à Guerra no Iraque. Durante a reunião este conselheiro teve conhecimento do comunicado da DN, publicado no ELO, apresentando uma proposta, também subscrita por outros conselheiros, no sentido de esse comunicado ser divulgado em três órgãos da comunicação social de grande tiragem, como forma de publicidade paga. A proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra, quatro abstenções e 17 votos a favor.

Na sequência da sua intervenção de indignação contra um comentário na Internet difamatória dos deficientes de guerra, dado a conhecer no ELO, o conselheiro Anquises de Carvalho apresentou uma proposta no sentido de ser apurada a identidade do autor desse comentário e tomadas todas as medidas para repor a verdade e para processar o indivíduo. Posta à votação no final deste CN, esta proposta foi aprovada por maioria com um voto contra, duas abstenções e 19 votos a favor. •

RV

Comemorações na Sede Nacional

29º Aniversário da ADFA



A ADFA vai celebrar, no próximo dia 14 de Maio, o seu 29.º Aniversário, aproveitando a efeméride para levar a efeito uma sessão pública, a que presidirá o secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, à qual se seguirá uma iniciativa que a ADFA inaugurará, dentro da sua prestação para o desenvolvimento, em Portugal, das realizações integradas no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, emergente de decisão da Comissão Europeia.

Pretendeu a Direcção Nacional, na sessão pública que se levará a efeito naquele dia, contar com a presença do ministro de Estado e da Defesa Nacional, Paulo Portas, o que, por razão da sua agenda internacional, não se tornará possível. "No entanto", considera o presidente da Direcção Nacional, "não querendo estar alheado deste momento importante da nossa vida associativa, o ministro receberá a Direcção Nacional no dia 9 de Maio, cabendo ao secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, presidir às actividades que, na ocasião se desenrolarão".

O presidente informou ainda que "vão ser convidadas para o acto as mais altas entidades da hierarquia militar e representantes da sociedade civil ligados à área da deficiência, uma vez que se trata também de um evento incluído no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência".

"Espera-se a adesão clara de todos os dirigentes nacionais e das delegações, além dos associados, numa jornada que se espera de esperança e abertura do Ministério da Defesa Nacional para as questões que vêm

sendo reivindicadas pela ADFA", conclui Patuleia Mendes.

Programa

Dia 14 de Maio, Quarta-feira

18h00 - Chegada do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, que preside;

18h05 - Sessão pública evocativa do 29.º Aniversário da ADFA;

18h35 - Inauguração do "Convívio Virtual", projecto que, financiado pelo Programa Operacional da Sociedade da Informação (POSI) e através da Internet, irá permitir a comunicação áudio e vídeo entre cidadãos portadores de grande deficiência, contribuindo para reduzir o seu isolamento;

18h50 - Porto de Honra.

Dia 17 de Maio, Sábado

12h00 - Almoço-convívio no restaurante da Sede Nacional para o qual se aceitarão inscrições até ao dia 12 de Maio, na recepção da Sede ou pelo telefone 217512600 (D. Emília). Da ementa fazem parte: cocktail de camarão, sopa de legumes, carne assada, sobremesa, café, bebidas (vinho Encosta do Bairro, refri-gerantes e água). O preço por pessoa é de 12,00 euros (limite de 110 pessoas). •

RV

Em documento enviado ao MDN

DN disponibiliza CRPG para esforço de recuperação do Iraque

A Direcção Nacional enviou um ofício ao ministro da Defesa Nacional em que, face à posição da ADFA em relação ao conflito armado no Iraque, se disponibiliza o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, em cuja Direcção a ADFA participa, para "acolher e tratar vítimas de mutilações, militares ou civis, contribuindo no esforço do nosso país para a reconstrução, designadamente humana, daquela nação".

A Direcção Nacional tomou posição pública, relativamente ao conflito que se desencadeou no Iraque e "por convicção própria e na esteira do mais nobre ideário da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC/VWF), manifestou a sua opinião de que a guerra não constitui recurso válido, para a resolução dos diferendos entre os povos, devendo, em circunstâncias de inconciliabilidade aparente, privilegiar-se, ainda assim, a busca do diálogo e da tolerância para a salvaguarda do bem precioso que constitui a paz, em suma, o crédito intransigente na negociação pela via diplomática".

"Tendo sido entendido pela vertente política que a guerra, não desejada, se consti-

tuisse em necessidade, urge agora dar respostas àqueles que, militares ou civis, engrossam as fileiras dos mutilados, para com os quais a comunidade mundial tem a responsabilidade de apresentar soluções de habilitação", considera a DN.

A ADFA lembrou que o CRPG, em Arcozelo, "é uma estrutura modelar em Portugal e na Europa", nas áreas da recuperação física, psicológica, protética e profissional de mutilados, de membros superiores e inferiores, e que "está disponível, na medida das suas capacidades, para acolher e tratar vítimas de mutilações, militares ou civis, contribuindo no esforço do nosso país para a reconstrução, designadamente humana, daquela nação".

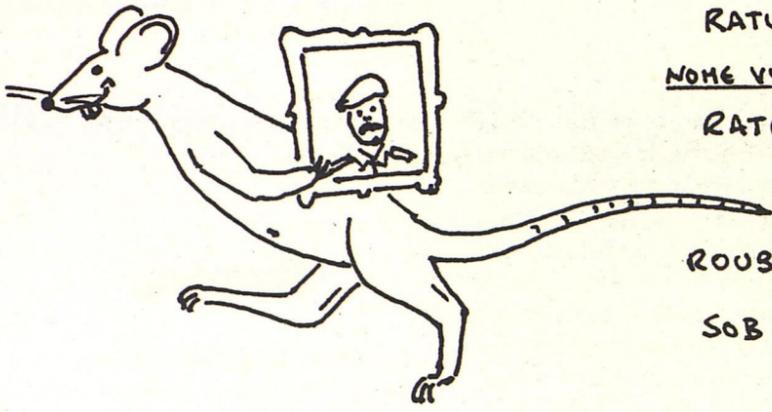
"Temos noção da nossa valia, ainda que modesta, no contributo para o esforço de Portugal neste processo, promovendo o regresso de cidadãos activos, cabalmente habilitados e capazes de colaborar na construção democrática daquela região, berço da nossa civilização", salientaram os dirigentes. •

RV



LUSA

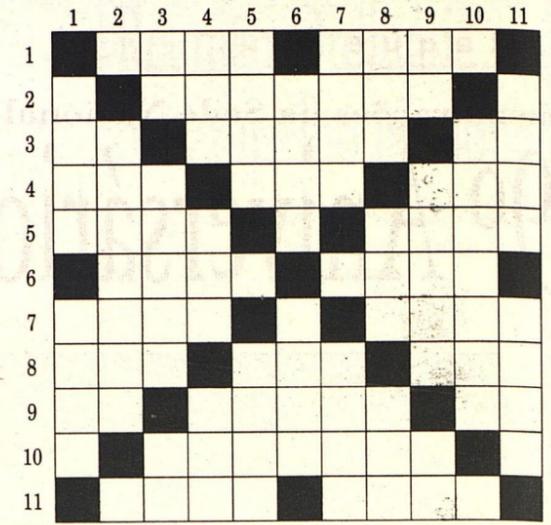
ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



NO ME CIENTÍFICO:
RATUS ARABICUS

NO ME VULGAR:
RATO DAS ARÁBIAS

**ROUBA TUDO, QUANDO ESTÁ
SOB PROTECÇÃO MILITAR**



HORIZONTAIS

1 - Padiola; extremo. 2 - Cidade do Iraque de 3. Anno Domini; sacrificia; base. 4 - Letra grega (pl.); espaço de tempo; correcto. 5 - Amarrar; motociclo. 6 - Pátio da igreja; adição. 7 - Primeiro homem; inauguro. 8 - Som; nome de mulher; juntei. 9 - Atmosfera; teia; sufixo de agente. 10 - Projétil explosivo. 11 - Doca; pedaço.

VERTICAIS

1 Cobertura; laçar. 2 - Tirano. 3 - Preposição latina; ditador; gálio. 4 - Tombei; eiró; triplo. 5 - Doença respiratória; épocas. 6 - Sonolência; magnete. 7 - Jogo a cavalo; cidade da Jordânia. 8 - Reza; triture; nome de mulher. 9 - Nota musical; arma explosiva; Antes de Cristo. 10 - Artificio explosivo. 11 - peça para mover embarcações; metal precioso.

**SOLUÇÕES
HORIZONTAIS**

VERTICAIS

1 - Maca; polo. 2 - Bassora. 3 - AD. Imola; pé. 4 - Pis; ano; bem. 5 - Atai; moto. 6 - Adro; soma. 7 - Adão; abro. 8 - Tom; Ema; adi. 9 - Ar; trama; or. 10 - Granada. 11 - Cais; naco. 1 - Capa; atar. 2 - Ditador. 3 - Ab; Sadam; Ga. 4 - Cat; iro; tri. 5 - Asma; eras. 6 - Sono; iman. 7 - Polo; Aman. 8 - Ora; moa; Ada. 9 - Lá; bomba. 10 - Petardo. 11 - Remo; oiro.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Oxford AC	9.759,85	13.793,72
1.4 Highline	11.931,61	18.876,04
1.4 TDI Oxford AC	11.989,26	19.269,08
1.2 3 litros	11.494,37	16.680,32
Polo		
1.2 Conceptline 3p	9.514,91	14.354,75
1.2 Conceptline 5p	9.760,38	14.646,86
1.4 Highline 5p	12.557,96	19.621,40
1.4 Highline Cx. Autom.	13.745,84	21.034,97
1.4 TDI Confortline AC	14.007,33	21.670,59
Golf		
1.4 Confortline 5p	12.579,72	19.825,79
1.4 Conceptline JE/AC	15.240,92	22.992,62
1.9 TDI Confortline AC	16.013,59	29.042,33
1.9 TDI Generation	16.405,38	29.508,56
1.9 TDI Confor Tiptronic	16.503,10	29.624,85
1.9 TDI Gener Tiptronic	17.807,33	31.176,88
1.9 TDI Sport Generation	19.029,25	32.749,96
1.9 TDI Highline	20.459,67	34.452,16
1.9 TDI Sport Genr Tiptronic	20.137,62	34.068,92
Golf Variant		
1.4 Confortline JE/AC	15.748,56	23.639,55
1.6 102 Cv Tiptronic	18.285,11	28.693,66
1.9 TDI 100 cv AC Confort	16.557,89	29.690,05
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	17.962,35	31.361,35
1.9 TDI 130 cv Spot Gener	19.425,84	33.102,91
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	20.531,73	34.418,92
Bora		
1.4 Confortline	16.251,85	24.195,63
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.221,15	31.669,33
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	19.591,06	33.299,52
1.9 TDI 130 cv Highline	20.699,97	34.619,12
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.782,65	35.907,51
1.9 TDI 150 cv Highline	22.899,04	37.236,01
Passat		
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.371,86	31.967,67
1.9 TDI 130 cv Confortline	20.640,88	34.667,80
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	21.366,41	35.531,18
1.9 TDI 130 cv Highline	24.710,75	39.510,95
1.9 TDI 130 cv Plus Tiptron	22.877,42	37.329,29
Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv Confortline	20.694,57	34.731,70
1.9 TDI 130 cv Confortline	21.859,67	36.118,16
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	22.585,21	36.981,56

1.9 TDI 130 cv Highline	26.367,73	31.482,76
Charan		
1.9 TDI Confort 7 lugares	27.083,05	38.492,19
1.9 TDI Tiptronic 7 lugares	28.163,25	39.777,63
Caddy		
1.9 SDI 64 cv Van Entry	9.448,88	11.788,92
Golf Van		
1.9 TDI Van Confortline	14.867,46	22.054,21
Transporter		
2.5 TDI Furgão Curto	16.018,95	19.785,45
2.5 TDI Kombi 6 Lug Net	17.340,25	22.939,05
Audi A2		
1.4 75 cv Atracion	14.094,12	21.448,00
1.4 TDI 75 cv Atracion	15.046,82	22.906,15
1.2 TDI 61 cv Atracion	17.736,28	24.106,77
Audi A3 Gasolina		
1.6 102 cv ATT 3P	17.722,61	27.974,97
1.6 102 cv ATT 5P	18.270,43	28.614,98
Audi A3 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv ATT 3P	20.348,95	34.140,19
1.9 TDI 130 Cv SP 5P	22.500,21	36.700,19
1.9 TDI 130 Cv ATT 5P	20.886,77	34.780,20
1.9 TDI 130 Cv SP 5P	23.038,03	37.340,20
1.9 TDI 100 cv ATT 3P	18.895,17	32.410,20
1.9 TDI 100 cv ATT 5P	19.432,99	33.050,20
Audi A4 Gasolina		
1.6 102 cv	21.788,85	32.874,34
1.8 163 cv	26.040,49	39.806,52
Audi A4 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv cx 5	24.046,44	38.599,56
1.9 TDI 130 Cv cx 6	24.517,03	39.159,57
2.5 TDI 163 Cv	28.623,47	50.129,51
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	30.993,21	52.949,50
Audi A4 Avant Gasolina		
1.6 102 cv	22.934,30	34.224,34
1.8 163 cv	27.144,95	41.120,83
Audi A4 Avant Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	25.651,48	40.509,56
2.5 TDI 163 Cv	29.757,92	51.479,51
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	31.564,65	53.629,51
Audi A6 Gasolina		
1.8 T 150 Cv	30.422,26	45.139,54
2.4 170 Cv	32.403,76	53.702,47
Audi A6 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	30.827,95	46.788,28

2.5 TDI 163 Cv	33.127,67	55.608,22
2.5 TDI quattro 180 Cv	36.236,91	59.308,22
Audi Allroad Quattro		
2.5 TDI Allroad 180 Cv	42.514,22	66.778,22
2.7 T 250 Cv	49.858,29	77.291,95
FIAT E LANCIA		
MODELO P.BASE P.V.P.		
Seicento		
1.1 S	5.574,39	9.090,02
1.1 Sport	6.633,21	10.350,01
Punto		
1.2 3p 60 Active	7.134,00	11.520,01
1.2 5p 60 Active	7.339,88	11.765,01
1.2 80 Dynamic Speedgear	10.402,91	15.410,01
1.9 JTD 85 Emotion 5p	11.756,61	23.750,01
1.9 JTD 85 Sport 3p	11.491,91	23.435,01
Palio		
1.2 Weekend 8 V	9.923,92	14.840,01
1.9 JTD	11.281,82	23.185,01
Stilo		
1.2 Actual 16 V 3p	11.344,08	16.530,00
1.9 JTD Dynamic Sport	14.353,24	26.840,00
1.2 Actual 5p	11.646,60	16.890,00
1.9 JTD Dynamic 5p	14.399,46	26.895,00
Multipia		
1.5 16 ELX	16.289,04	25.960,02
1.9 JTD ELX	17.567,54	30.665,01
Marea / Weekend		
1.9 JTD SX	14.096,94	36.535,00
1.9 JTD HUX	15.462,49	28.160,00
Lancia		
1.2 Y Elefantino	7.444,93	11.890,02
1.2 Y 16 Vanity	8.915,52	13.640,02
Lancia Libra		
1.6 16 V LS	17.015,93	26.825,02
1.9 JTD LS	18.000,31	31.180,01
1.9 JTD LX	20.378,46	34.010,01
2.4 JTD LX	21.873,25	40.625,02
Lancia Libra		
1.6 SW LS	18.184,00	28.215,02
1.9 JTD SW LS	19.168,38	32.570,01
1.9 JTD SW LX	21.546,53	35.400,01
Lancia Phedra		
2.0 16 V	26.701,45	38.345,01
2.2 JTD 16 V	29.229,41	42.460,01

OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 12 V 5p Confort	7.274,67	10.714,50
1.2 16 V 5p Elegance	7.910,65	12.439,49
Corsa		
1.0 3p City	8.572,99	12.259,50
1.0 5p Confort	9.371,31	13.209,50
1.2 5p Confort	9.204,77	13.979,50
1.2 Joy 5p	9.259,39	14.044,39
1.2 Sport 3p	10.137,54	15.089,49
1.4 GSI 3p	12.338,39	19.339,50
1.7 DTI 5p Confort	10.585,26	20.264,50
1.7 DTI 5p Elegance	12.030,64	21.984,50
1.7 DTI 3p Sport	11.518,03	21.374,50
Astra		
1.2 5p Selection	11.911,07	17.199,99
1.4 5p Elegance	13.901,42	21.199,51
1.4 5p Sport	13.779,84	21.054,83
1.7 DTI 5p Eco	13.690,30	23.959,50
1.7 DTI 4p Selection	13.215,93	23.395,00
1.7 DTI 5p Elegance	14.602,07	25.044,50
2.0 DTI 3p Sport	14.276,39	27.789,83
Astra Caravan		
1.2 Selection	12.474,09	17.869,99
1.4 Selection	12.843,01	19.940,00
1.4 Sport	14.342,87	21.724,84
1.7 DTI Selection	13.778,96	24.065,00
1.7 DTI Sport	15.278,82	25.849,84
2.0 DTI Sport	15.305,80	29.014,83
Zafira		
1.6 16 V	15.6700,57	25.459,50
2.0 DTI	15.893,76	29.714,50
2.0 DTI Elegance	17.078,63	31.124,50
2.2 DTI Elegance	17.028,58	32.859,51
Vectra		
1.6 Confort	15.956,87	25.764,50
1.8 GTS	18.139,66	30.369,50
2.0 DTI Confort	16.507,20	30.444,50
2.2 DTI Elegance	17.927,73	33.929,90
Omega		
2.2 DTI 4p Elegance	25.444,54	42.874,50
2.2 DTI Caravan Elegance	26.293,29	43.884,50
Caixas Automáticas		
Astra 2.0 DTI Elegance	15.763,51	29.559,51
Astra 2.0 DTI Caravan	16.326,53	30.229,50

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat**. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 726 6153

Protocolo

Aumentar a inclusão

A Associação Industrial Portuguesa, a Câmara de Comércio e Indústria e o Governo Civil de Lisboa, enquanto entidade que preside à Comissão do Distrito de Lisboa para as actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, firmaram, em Lisboa, no dia 12 de Março, um protocolo para a inclusão dos cidadãos portadores de deficiência.

Facilitar a entrada gratuita aos visitantes deficientes a todos os certames de caráter público a cargo da FIL e nas feiras profissionais, é um dos objectivos, bem como promover a utilização gratuita dos parques de estacionamento por aqueles cidadãos.

O protocolo prevê ainda a disponibilização sem custos de uma área para a sensibilização do público para esta problemática e a adaptação dos certames para os expositores portadores de deficiência, como na Feira Internacional de Artesanato.

"Logo que tecnicamente viável, a AIP criará uma bolsa de emprego no seu portal associativo para apoio à inserção das pessoas com deficiência", foi garantido no protocolo.

Assistiram à cerimónia de assinatura do protocolo os representantes de várias



A governadora civil de Lisboa assinando o protocolo

instituições de e para deficientes, entre os quais esteve a ADFA, com o presidente e o 3º secretário da DN, Patuleia Mendes e Capela

Gordo, acompanhados do presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro. •

RV

BCP inova com Serviços Financeiros para Deficientes

No âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD), o Banco Comercial Português (BCP) acaba de lançar a Conta Especial BCP, uma aplicação que congrega um pacote completo de benefícios financeiros, destinada a ir ao encontro das necessidades dos deficientes no domínio dos serviços bancários.

O Grupo BCP assume-se como um dos patrocinadores do AEPD, pois disponibiliza uma série de serviços financeiros em condições vantajosas.

No crédito à habitação está prevista a isenção da comissão de dossier para todos os contratos celebrados este ano, o que equivale a um benefício de 250 euros.

São também disponibilizadas condições especiais na linha de crédito para a realização de melhorias ou obras em habitação própria.

No crédito pessoal o BCP apresenta propostas para aquisição de equipamento

informático (36 meses), à taxa zero, para aquisição de equipamento associado à deficiência, à taxa de 7,5 por cento, (36 meses) e isenção de comissão de dossier e para qualquer finalidade, à taxa especial de 8,5 por cento.

O crédito à actividade empresarial, para apoiar o início ou a expansão da actividade empresarial, foi divulgado com bonificação na taxa de juro.

A CRINABEL - Cooperativa para a Educação de Crianças Inadaptadas de Santa Isabel passa a constar do novo catálogo de benefícios proporcionados pelo Cartão Europa, permitindo assim que os beneficiários dos pontos acumulados em compras com este cartão de crédito os revertam em donativos a favor desta instituição.

Foi também apresentada a concessão de um cêntimo por cada transacção efectuada a

partir de Abril pelos cartões de crédito do Grupo BCP (Europa, Prestige e XS), à Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes até acumular o montante de 50 mil euros.

O banco apresentou ainda para soluções de investimento, a isenção da comissão de subscrição na constituição do seguro de vida/capitalização Garantia Mais.

O Cidade BCP (www.cidadebcp.pt), portal internet do Grupo BCP para clientes particulares, implementou uma facilidade que permite a utilização do portal por parte dos invisuais.

Ainda no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, o Grupo BCP vai doar 200 computadores a 34 instituições que actuam neste domínio. •

RV

Devemos realçar as boas práticas

Neste Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD), estão a desenvolver-se, a nível nacional, muitas iniciativas dirigidas a todas as pessoas com necessidades especiais. As mais conhecidas são ao nível de associações, de empresas, de universidades, de estudantes e das Comissões Distritais para o AEPD, que irão deixar obra feita.

Seria bom que se desse visibilidade a todos esses projectos e/ou eventos e conhecimento através da Comunicação Social, de tudo quanto se vai fazendo por este nosso país, especialmente para este segmento da população que tanto tem sido marginalizado. É bom recordar que a população com deficiência e a idosa ronda os três milhões e todos somos candidatos a estes dois grupos.

As autarquias deverão ser as entidades que mais terão de se preocupar com estes grupos populacionais, que também elegem os seus autarcas. Todavia, muitas delas não dão atenção às leis sobre acessibilidades há muito existentes (DL 123/97, de 22 de Maio), ao meio circundante, à criação de estruturas de apoio para aqueles que têm maiores necessidades especiais e às suas famílias, ao acesso à cultura - museus com acesso a informação em Braille e com intérprete de língua gestual, - à criação de um

Conselho Municipal e do Provedor para a Deficiência, às infra-estruturas de desporto para deficientes, à iniciação precoce da prática desportiva, à habitação individual e protegida especialmente para as deficiências profundas, ao acesso à Sociedade de Informação, à inserção na comunidade e no mercado de trabalho, etc.

Eis alguns exemplos de boas práticas:

1. Palácio de Queluz, Oceanário, museus do Teatro, do Chiado e do Azulejo estão acessíveis e têm visitas preparadas e guiadas para visitantes cegos.

2. Em Vila Nova de Milfontes todos os anos é colocada uma passadeira na areia, que permite a quem se desloca em cadeira de rodas chegar à beira-mar (parceria entre o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Junta de Freguesia local).

3. Uma parceria entre a Câmara Municipal de Cascais, CERCICA (CERCI de Cascais) e Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, põe em prática na época balnear, na praia de Carcavelos, uma iniciativa para levar a banhos os cidadãos portadores de deficiência, com a ajuda de um carro adaptado, flutuante, chamado "Tiraló" - derivado do Francês "Tirer à

l'eau" (puxar para a água).

4. A APPACDM de Anadia organizou, em 1992, o primeiro Campeonato Europeu de Hipoterapia, em Portugal, tendo a participação de 17 países e está já a preparar a organização do Campeonato Mundial, em 2007.

5. Uma estudante de Design de Equipamentos está a desenvolver um projecto sobre acessibilidades, especialmente às praias portuguesas, tendo em conta as dificuldades que muitos deficientes têm para usufruir da praia e do mar.

6. A Associação dos Hoteleiros e Empresários de Turismo do Algarve (AHETA) está a preparar um protocolo de colaboração com a Associação dos Intérpretes de Língua Gestual, dirigido aos deficientes auditivos, pois, os cerca de 16000 aviões que aterram anualmente em Faro, trazem cada um, em média 6 pessoas com deficiência para fazer turismo no Algarve.

Considero importante divulgar as boas práticas existentes e conhecidas, sugerindo que se dê mais visibilidade a tudo o que de bom há no nosso país, dirigido a estes cidadãos de corpo inteiro. •

António Capela Gordo

AEPD na imprensa

O jornal "O Primeiro de Janeiro" editou um dossier especial sobre a temática da deficiência, no dia 14 de Abril. Evidenciamos os excertos de algumas intervenções:

"Quando falamos das questões relacionadas com a deficiência, tratamos, na essência, de direitos humanos e da consequente dignidade da pessoa humana. Por outras palavras mais directas, é da Vida e de Família que se trata."

António Bagão Félix, ministro da Segurança Social e do Trabalho

"Este é o ano zero da nova política de habilitação das pessoas com deficiência, que se concretiza nas medidas que já lhe referi e que, em resumo, se traduz na apresentação do plano nacional de acessibilidades, a lei de bases da deficiência e a reestruturação deste secretariado como órgão coordenador da política para a deficiência."

Cristina Louro, secretária Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

"Por outro lado, "Todos a Bordo!" dá-nos uma ideia de viagem. Uma viagem que agora se inicia e na qual ninguém será deixado para trás. Não se pretende que este Ano Europeu seja "mais uma efeméride" mas o primeiro ano, o primeiro passo, para uma nova realidade: uma sociedade consciente, sensibilizada, sem barreiras arquitectónicas, sem obstáculos legais e, sobretudo, sem preconceitos morais. O principal desafio deste ano reside, exactamente, na capacidade de deixar sementes para que as atitudes da sociedade em relação às pessoas com limitações mudem. O ano de 2003 será apenas o ponto de partida para essa viagem que só terminará quando houver uma total integração, em todo o espaço europeu, das pessoas com deficiência."

Teresa Vasconcelos Caeiro, governadora civil de Lisboa

"Esta causa exige o empenho de todos, para que possamos derrubar as barreiras arquitectónicas, sociais, culturais e psicológicas, acreditando que podemos construir um futuro melhor para todos."

Enquanto governador civil do distrito do Porto não enjareteiros esforços para que este objectivo seja concretizado."

Manuel Moreira, governador civil do Porto

"Gostaria de salientar o empenho e o espírito inovador das várias instituições do distrito de Setúbal ligadas à problemática da reabilitação que em muito tem contribuído com agentes dinamizadores quer dos Serviços Públicos, quer mesmo da Sociedade Civil. Considero que estão reunidos um conjunto de factores que permitem garantir que no âmbito da Reabilitação os progressos sejam uma realidade efectiva. Esta é uma tarefa em permanente evolução, impõe-se por isso, continuar a trabalhar no sentido de sensibilizar a sociedade, e em particular os empresários, para que cada vez mais facilitem a integração de pessoas portadoras de deficiência nas suas equipas."

Maria das Mercês Borges, governadora civil de Setúbal

"É bom que os clubes passem a olhar para os atletas e para os cidadãos deficientes que querem praticar desporto como outros cidadãos quaisquer e lhes proporcionem os meios para que pratiquem o desporto que gostam, porque estes vão ser, sem dúvida, uma mais-valia para esse clube."

António Neves, presidente da FPDD

"Urge potenciar a participação social e profissional da pessoa com deficiência e tornar claro que são, sem sombra de dúvida, pessoas com eficiência como demonstram as inúmeras experiências de sucesso de integração no mercado do trabalho. Mas não só de trabalho se deve falar. Também no ensino a igualdade deve ser promovida favorecendo e apoiando sua integração."

António Carvalho Martins, governador civil de Viana do Castelo

"O emprego é uma questão central para as pessoas com deficiência. A sua inclusão no mercado de trabalho constitui um factor central na promoção de uma maior igualdade de oportunidades e de direitos."

IEFP

O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias.

Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

"(...) identificado nos autos, veio interpor recurso da sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra que negou provimento ao pedido de anulação do despacho de 2000 do Major General da Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal (DAMP) que considerou a doença do Recorrente sem relação como o serviço militar.

(...) Matéria de Facto Provada

Dos autos resultam provados os seguintes factos:

1. Em 1984 (...), durante exercícios de instrução militar, o recorrente foi atingido na região supra ciliar direita pela arma de um colega.

2. Em 1985 (...) o Governo Militar de Lisboa considerou o acidente sofrido resultante do exercício das funções militares e por motivo desse exercício.

3. Em 1994 (...) o recorrente solicitou a revisão do seu processo.

4. Em 1996 (...) foi submetido a junta médica, que julgou pronto para o serviço.

5. O recorrente requereu Junta Militar de Recurso Extraordinária, que teve lugar em 1997.

6. Esta Junta requereu o recorrente fosse submetido a consulta de neurocirurgia e psiquiatria.

7. Em 1998 (...) a Junta Militar de Recursos Extraordinário julgou-o incapaz para todo o serviço militar com uma desvalorização de 30% por estado delirante.

8. No parecer (...) a Comissão Permanente para Informações e Pareceres/Direcção dos Serviços de Saúde (CPIP/DSS) considerou que a doença do recorrente não tinha relação com o serviço.

9. Este parecer analisa a vida do recorrente desde a sua incorporação no serviço militar e toda a evolução havida desde então, nomeadamente a relacionada com o acidente de que foi vítima, as eventuais sequelas que determinou, os tratamentos a que foi sendo submetido. A Comissão Permanente para

Informações e Pareceres entendeu não haver relação entre a doença e o acidente porque a "situação clínica - estado delirante - é a resultante da deterioração do quadro psiquiátrico da perturbação esquizomorfa. Para esta afecção, heredo-constitucional, não pode a prestação do SM ser considerada como factor etiológico, já que pre-existia aquando da incorporação do requerente. O psiquiatra que o observou no HMP refere que os factos de stress... contribuíram para o agravamento da sua doença e para a sua evolução crónica... esta CPIP entende que o acidente traumático superficial da região ciliar, que curou sem sequelas neurocirúrgicas ou outras, poderia quando muito desencadear o aparecimento dos primeiros sintomas da doença ... e cuja evolução para a cronicidade com prognóstico reservado é uma das constantes deste tipo de doença psiquiátrica ... Estas consultas e as avaliações e exames a que o requerente foi sujeito na altura não revelaram alterações, nomeadamente as que poderiam estar relacionadas com o acidente sofrido pelo militar, razão pela qual foi considerado curado sem qualquer aleijão, deformidade ou incapacidade". (...)

(...) O Direito

Cumpre conhecer prioritariamente da arguição de nulidade da sentença, por falta de "qualquer apreciação quanto à existência de nexo de causalidade entre a doença do recorrente e o serviço militar prestado por este ou entre o agravamento daquela por esta" (...)

(...) Efectivamente no recurso contencioso, quer na petição quer em alegações, o Recorrente manifestou a sua discordância com o acto recorrido, imputando-lhe, além do vício de forma (falta de fundamentação), um pretense erro nos pressupostos radicado na desconsideração da doença como ocorrida ou agravada em serviço, com violação dos artigos 37º da Lei do Serviço Militar (LSM Lei 30/87, de 7/7, 78º/1, a) e b), do Regulamento daquela Lei (RLSM, DL 463/88, de 15/12) e 38º, c), do Estatuto da Aposentação (EA, DL 498/72,

de 9/12).

Porém, apesar de no relatório da sentença se notificar correctamente a invocação destes vícios, o certo é que a Mª Juíza a quo não procedeu à análise jurídica do vício de violação de lei.

Na realidade, sob a epígrafe "DECISÃO", a sentença confinou-se à elaboração de uma síntese sobre a motivação do acto recorrido, omitido qualquer apreciação sobre o enquadramento legal dos factos fixados, designadamente à luz das normas invocadas pelo Recorrente.

Com isto, a sentença limitou-se (neste ponto, acertadamente) a afirmar que o acto em causa não sofria de falta de fundamentação: "Assim, e podendo a fundamentação consistir em mera adesão, estando o parecer devidamente fundamentado tem de se entender que a decisão recorrida também o está".

Mas, como é óbvio, da improcedência desse vício de forma não resultava necessariamente a improcedência do vício de violação de lei nem a inutilidade do respectivo conhecimento (que até deveria ser prioritário, nos termos do artigo 57º da LPTA) e, por isso, é patente a omissão de pronúncia e a falta de fundamentação da sentença, quando a partir da afirmação da perfeição formal do acto recorrido se abalançou imediatamente à negação de provimento ao recurso contencioso, sem qualquer tomada de posição quanto à pretensão anulatória deduzida com fundamento no vício de violação de lei.

Daqui resulta sem margem para dúvidas a nulidade da sentença, nos termos do artigo 668 n.º 1, b) e d), do CPC.

Pelo exposto, acordam em conceder provimentos ao recurso, declarar a nulidade da sentença e ordenar a baixa dos autos à 1ª instância, para conhecimento da matéria relativa ao vício de violação de lei invocado." •

RV

Comentário

Doenças agravadas em serviço

O diploma base dos deficientes militares, o conhecido decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, estabelece de uma forma que pareceria categórica a analogia de situações entre as doenças adquiridas em serviço e as doenças agravadas em serviço. Nem de outra forma poderia ser, uma vez que a razão de contrair a deficiência, em qualquer dos casos, decorre do serviço, e, segundo um princípio consagrado, ninguém deve ficar prejudicado por esse motivo

Aos militares qualificados DFA tem sido aplicada essa doutrina, honra seja feita às instâncias do Ministério da Defesa Nacional. Mas, quando o militar não foi qualificado DFA, o caso muda de figura, não porque sejam cidadãos de segunda (embora pareçam), mas porque o processo transita para a Caixa Geral de Aposentações.

O Estatuto da Aposentação prevê no n.º 1 do art.º 119º que o exame médico dos militares (para efeitos de passagem à reforma) "... compete a uma junta médica, composta por dois médicos indicados pela CGA, sendo presidida por um destes, e um médico indicado pelo competente serviço de saúde militar".

A presença de um médico militar só pode compreender-se pela necessidade de garantir

à junta o conhecimento das especificidades da vida militar, por forma a que os casos sejam avaliados com conhecimento de causa; o caso clínico, em si, não obrigaria à presença de um médico militar, até porque não há doenças profissionais nesta actividade. Diga-se, de passagem, que continua salvaguardada esta presença pelo n.º 6 do art.º 38º do novo decreto-lei n.º 503/99, de 20 de Novembro. Mas, se os médicos militares não exprimirem a sua opinião, quando não concordem com a dos outros médicos, apresentando uma declaração de voto, a sua presença será, de facto, inútil...

Ora tem acontecido sistematicamente que a Caixa não reconhece a situação de "doença agravada em serviço"; desde que esta seja anterior à incorporação (tal como as doenças congénitas), não as considerando como relevantes para a aposentação.

Naturalmente têm sido apresentados recursos, inclusive para as mais altas instâncias judiciais, no sentido de ser feita Justiça a quem viu as suas doenças agravadas por motivo do serviço e não vê ser feita a reparação a que teria direito; mas, até à data, esta situação, que achamos anómala, tem sido a regra.

O constante no DL 43/76 é complemen-

tado pelos princípios definidos na Lei n.º 30/87, de 7 de Julho (Lei do Serviço Militar-LSM), onde no n.º 2 do seu art.º 37º se diz que os cidadãos "... quando possuidores de qualquer grau de incapacidade resultante de acidente ou doença relacionados com o serviço, beneficiam dos direitos e regalias previstos em legislação própria..."

O decreto-lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro (Regulamento da LSM), é ainda mais explícito, quando no seu n.º 1 do seu art.º 78º diz que "Os cidadãos têm direito a uma pensão de reforma extraordinária ou pensão de invalidez... quando adquiram incapacidade... resultantes de alguma das ocorrências seguintes:

- a) Acidente ocorrido no exercício da função militar;
- b) Doença contraída ou agravada no serviço militar efectivo ou por motivo da sua prestação".

Parece portanto insustentável a posição da Caixa. O que não a tem impedido de continuar olímpicamente a ignorar a Lei, obrigando-nos a recorrer sistematicamente aos tribunais, com prejuízo, por vezes trágico, para os interessados... •

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Condições especiais de crédito para DFA

"Sou DFA com 70 por cento de incapacidade e há uns anos adquiri uma casa para habitação recorrendo ao crédito bonificado para deficientes. Como me divorciei recentemente e necessito de pagar tornas à minha ex-mulher, uma vez que fiquei com a casa, pretendo saber se posso beneficiar de crédito bonificado para esse efeito, nas mesmas condições dos trabalhadores bancários".

A questão que seleccionamos este mês para a nossa coluna, já por diversas vezes nos tem sido colocada por associados.

A matéria das condições especiais para aquisição de habitação própria para DFA vem regulada no artigo 14º, n.º 8, do DL 43/76, de 20JAN, a ela também se fazendo referência no preâmbulo do DL 230/80, de 16JUL.

Dispõe o artigo 14º, n.º 8 do DL 43/76, de 20JAN sob o título - Concessões especiais para aquisição de habitação própria - o seguinte: "O DFA tem direito à aquisição ou construção de habitação própria nas mesmas condições que vierem a ser estabelecidas para os trabalhadores das instituições de crédito nacionalizadas".

Isto é, o DL 43/76, de 20JAN restringe as condições especiais de crédito concedidas aos DFA aos seguintes fins: aquisição ou construção de habitação própria, o mesmo acontecendo no preâmbulo do DL 230/80, de 16JUL.

Quando os citados diplomas legais remetem para as condições de crédito estabelecidas para os trabalhadores bancários, referem-se sempre e apenas às condições de crédito para aquisição ou construção de habitação própria.

Ou seja, os citados diplomas legais não garantem aos DFA o direito à concessão de todos os tipos de crédito, nas mesmas condições estabelecidas para os trabalhadores bancários, mas apenas garantem tais condições para o crédito destinado à aquisição ou construção de habitação própria.

Por outro lado, as instituições bancárias não têm demonstrado abertura a uma interpretação do disposto no n.º 8 do artigo 14º do DL 43/76, de 20JAN, por forma a poder incluir este tipo de crédito, e não temos até à presente data conhecimento de nenhum DFA a quem tenha sido concedido crédito complementar para tornas nas condições especiais para deficientes.

No entanto parece-nos defensável que o crédito complementar para tornas ainda tem a natureza de aquisição de habitação própria, pelo que deveria ser concedido nas condições especiais para deficientes. •

Inês Soares de Castro

Na sequência dos pedidos de opinião feitos às delegações sobre o "caso dos furriéis", foi enviada, em 11 de Abril, uma exposição ao ministro da Defesa Nacional, contendo basicamente o teor do texto publicado no ELO de Abril de 2003.

Por ofício de 22 de Abril, o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes informou que "a questão em apreço encontra-se a ser analisada".

Se bem que não seja a resposta à questão formulada, a ADFA não pode deixar de registar a rapidez com que o Ministério fez saber que o assunto lhe merecia a devida atenção. Aguardemos, portanto, o desenvolvimento deste caso. •

NSC

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Crianças em Conflitos Armados Decreto do Presidente da República n.º 22/2003, de 28 de Março

Ratifica o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados, adoptado em Nova Iorque, em 25 de Maio de 2000, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/2003, em 28 de Novembro de 2002.

Resolução da Assembleia da República n.º 22/2003, de 28 de Março

Aprova, para ratificação, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados, adoptado em Nova Iorque, em 25 de Maio de 2000, que é publicado em anexo em língua inglesa e respectiva tradução em língua portuguesa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do referido Protocolo, «Portugal declara que

a sua legislação interna fixa em 18 anos de idade mínima a partir da qual é autorizado o recrutamento voluntário nas suas Forças Armadas».

Museus Militares

Decreto-Lei n.º 55/2003, de 28 de Março

De acordo com o artigo 1.º deste diploma «podem ser criadas ligas de amigos dos museus militares afectos ao Exército e do Arquivo Histórico-Militar com a finalidade de contribuir para o

enriquecimento e divulgação do seu património histórico-militar».

Pensões de Invalidez e Velhice Portaria n.º 283/2003, de 31 de Março

Fixa os valores dos coeficientes a utilizar no ano de 2003 na actualização das remunerações que servem de base de cálculo às pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e que constam da tabela publicada em anexo à portaria.



Aumentos da Função Pública

Portaria n.º 303/2003, de 14 de Abril

1.º O índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral e de regime especial mantém o valor de €310,33.

2.º Os índices 100 das escalas salariais dos cargos dirigentes e dos corpos especiais mantém os valores em vigor.

3.º Mantém-se, também, nos valores actualmente em vigor:

a) As remunerações base do pessoal abrangido pelo presente diploma que não coincidam com qualquer índice das escalas salariais cujo valor se situe acima de €1008,57;

b) As remunerações base dos titulares de cargos equiparados a funções dirigentes mas que não detenham o efectivo exercício das competências de chefia, bem como as do pessoal dirigente constante do anexo II do Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro, que não esteja integrado no novo sistema retributivo da função pública;

c) O adicional à remuneração criado pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 61/92, de 15 de Abril.

4.º As remunerações base cujo valor seja igual ou inferior a €1008,57 são actualizadas em 1,5%, com arredondamento superior ou inferior, valor que será incorporado na respectiva remuneração por alteração dos correspondentes índices, através de diploma legal.

5.º São actualizadas em 1,5% as remunerações base do pessoal abrangido pelo presente diploma que não coincidam

com qualquer índice das escalas salariais e cujo montante seja inferior a €1008,57.

6.º As gratificações previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 110-A/81, de 14 de Maio, de valor igual ou inferior a €1008,57 são actualizadas em 1,5%.

7.º O montante do subsídio de refeição fixado na Portaria n.º 88/2002, de 28 de Janeiro, é actualizado par €3,58.

8.º As ajudas de custo a que se refere o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, passam a ter os seguintes valores:

Membros do Governo - €61,32;

Funcionários, agentes do Estado e entidades a eles equiparadas:

Com vencimentos superiores ao valor do índice 405 - €55,62;

Com vencimentos que se situam entre os valores dos índices 405 e 260 - €45,24;

Outros - €41,53.

9.º Os índices referidos no número anterior são os da escala salarial de regime geral.

10.º Os quantitativos dos subsídios de transporte a que se refere o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, passam a ser os seguintes:

a) Transporte em automóvel próprio - €0,34 por quilómetro;

b) Transporte em veículos adstritos a carreiras de serviço público - €0,12 por quilómetro;

c) Transporte em automóvel de aluguer:

Um funcionário - €0,32 por quilómetro;

Funcionários transportados em comum:

Dois funcionários - €0,16 cada um por quilómetro;

Três ou mais funcionários - €0,12 cada um por quilómetro;

d) Percurso a pé - €0,15 por quilómetro.

11.º Sem prejuízo das situações excepcionais devidamente documentadas, as ajudas de custo diárias a abonar ao pessoal em missão oficial ao estrangeiro e no estrangeiro, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 192/95, de 26 de Julho, têm os seguintes valores a partir de 1 de Janeiro de 2003:

Membros do Governo - €148,07;

Funcionários, agentes do Estado e entidades a eles equiparadas:

Com vencimentos superiores ao valor do índice 405 - €131,98;

Com vencimentos que se situam entre os valores dos índices 405 e 260 - €116,58;

Outros - €99,16.

12.º O disposto no número anterior não se aplica a entidades abrangidas por instrumentos colectivos de trabalho em que se definam outras tabelas de ajudas de custo.

13.º São aumentadas em 1,5% as seguintes pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), com excepção das resultantes de condecorações, das Leis n.ºs 1942, de 27 de Julho de 1936, e 2127, de 3 de Agosto de 1965, e do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro:

a) Pensões de aposentação, reforma e invalidez até €1008,57;

b) Pensões de sobrevivência, de preço de sangue e outras de valor global até €504,29.

14.º Do aumento estabelecido no número anterior não podem resultar

pensões de valor superior aos limites nele referidos.

15.º No valor já actualizado das pensões calculadas pela CGA com base nas remunerações em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1999 a até 31 de Dezembro de 2002 será deduzida a percentagem correspondente aos descontos legais para aquela Caixa.

16.º As pensões fixadas pela CGA com base no tempo de serviço inferior a 5 anos e de valor até €188,56, para as pensões de aposentação, reforma e invalidez, ou até €94,28, para as pensões de sobrevivência, são aumentadas em 2,5%.

17.º Os valores mínimos garantidos às pensões de aposentação, reforma e invalidez e de sobrevivência pagas pela CGA, em função do tempo de serviço considerado no respectivo cálculo, são aumentadas em 2,5%, a que corresponde a seguinte tabela:

18.º Os aposentados, os reformados e os demais pensionista da CGA, bem como os funcionários que se encontrem na situação de reserva e desligados do serviço aguardando aposentação ou reforma, com excepção do pessoal que no ano de passagem a qualquer das referidas situações receba subsídio de férias, têm direito a receber, em cada ano civil, um 14.º mês, pagável em Julho, de montante igual à pensão correspondente a esse mês.

19.º O abono do 14.º mês será pago pela CGA ou pela entidade de que dependa o interessado, consoante se encontre, respectivamente, na situação de pensionista ou na situação de reserva e a aguardar aposentação ou reforma, sem prejuízo de, nos termos legais, o respectivo encargo ser suportado pelas entidades responsáveis pela aposentação do seu pessoal.

20.º A presente portaria produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2003."

(Em euros)

Tempo de serviço	Pensões de aposentação, reforma e invalidez	Pensões de sobrevivência (montante global)
De 5 até 12 anos	193,26	96,63
Mais de 12 e até 18 anos	201,44	100,72
Mais de 18 e até 24 anos	230,07	115,04
Mais de 24 e até 30 anos	258,70	129,35
Mais de 30 anos	345,11	172,56

Casos de Guerra

De Lourenço Marques a Mueda

Depois de uma enfiada viagem que durou 20 dias, o navio Niassa atracou em Lourenço Marques. Era dia 10 de Junho, dia de Portugal.

A bonita cidade de Lourenço Marques apresentava um ambiente festivo, era festas e comemorações por todo o lado. Tanto eu, como os meus camaradas da companhia pisávamos pela primeira vez aquelas terras, de que ainda hoje tenho saudades.

O meu grupo decidiu ir ao Estádio da Machava assistir a um festival gimnodesportivo, um espectáculo magnífico. Bebemos pela primeira vez cerveja em lata, e era preciso lata para beber pela própria embalagem, acompanhada com castanha de caju, tudo novidades para nós. Ainda me lembro que disse para o meu camarada: "começou hoje a nossa comissão, mas até aqui não temos de que nos queixar".

Sáimos do estádio, continuámos no reconhecimento da cidade, passeando naquelas magníficas avenidas, visitando tudo o que era cervejarias e estabelecimentos similares. A farrá durou até de madrugada, interrompida pelo regresso ao navio, pois a viagem tinha de continuar. A paragem seguinte foi na Beira, o tempo pouco mal deu para meter uns aro-

gramas no correio e molhar a goela. Seguimos viagem e a próxima paragem foi em Nacala, um dia e uma noite. Meteu praia durante a manhã e para nos refazermos do desgaste, descobrimos que o camarão tigre era ao preço da "uva mijona", acompanhado com cervejas de litro, "laurentina" ou "2m", foi beber, comer e chorar por mais. Havia lá rapazinhos a quem nunca tinha passado pelo estreito tal petisco. De madrugada teve que andar uma viatura a apanhar pessoal que ainda dormia na rua, completamente anestesiado pelo excesso de cerveja, porque se assim não fosse não seguiam viagem.

Mas toda a gente seguiu até Porto Amélia. Aqui, quando se avistou o cais, já todos esfregavam as mãos pensando que a farrá ia continuar, mas as festas tinham acabado. Agora outro galo cantava. Sáimos do navio, formámos, foi entregue a cada elemento uma arma, cinco carregadores com as respectivas munições e algumas rações de combate.

Tomámos parte numa coluna militar com destino a Mueda. A primeira pernoita foi em Montepuez. Fazia frio, mas a ordem foi "cada um que se desenrasque". Uns dormiam debaixo de árvores, outros nas viaturas e lá se passou a noite.

A ração de combate tem que ser bem doseada, mas não fazendo caso das recomendações do capitão, houve quem distribuísse parte da ração pela miudagem (que parecia um bando de pardais atrás de nós).

Com mais três dias de coluna e sem reabastecimento de ração, nem água, a fome e a sede já eram "negras". Cerca das 14 horas chegámos a Nancatar, local onde se encontrava instalada uma companhia. Sáimos das viaturas em direcção ao refeitório improvisado, na ideia de lá haver alguma coisa de comer, mas à nossa frente já lá tinham ido alguns elementos da população rapar os restos. Mesmo assim, nós ainda fomos apanhar alguns carolos de pão que pairavam por cima daquelas mesas, deixados pelos soldados e já restos dos restos deixados pelos africanos.

Depois de mais uma noite de fome e frio ao relento, formámos para receber novas ordens, que desta vez foram: "daqui para a frente até Mueda é, bala na câmara e esperar que tudo aconteça". Mas felizmente nada de anormal aconteceu, foram detectadas algumas minas pelo pelotão de picagem mas foram destruídas.

Farinho Lopes

Associado falecido

Aos familiares e amigos do associado falecido apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Amândio Melo Pascoal

Associado n.º 2159
52 anos
Faleceu em
20/10/02



Residia em Virandelo, Valpaços. Serviu no Batalhão n.º 4612.

Arsénio Santos Caetano

Associado n.º 7162
61 anos
Faleceu em
07/03/03



Residia em Ponte de Vagos, Vagos. Deixa viúva Laurentina Simões Bento. Serviu em Angola, no Batalhão de Artilharia n.º 425 e na Companhia de Artilharia n.º 423.

Domingos Martins Ribeiro

Associado n.º 3597
62 anos
Faleceu em
21/03/03



Residia em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia. Deixa viúva Maria José Varanda Ribeiro. Serviu em Angola, na Companhia de Caçadores n.º 404.

Firmino Dias Alexandre

Associado n.º 14611
58 anos
Faleceu em
10/02/03



Residia em S. João de Areias, Santa Comba Dão. Deixa viúva Maria Assunção Henriques Alexandre. Serviu na Guiné, no Batalhão de Cavalaria n.º 1905.

Francisco Costa Rebelo

Associado n.º 2041
53 anos
Faleceu em
09/01/03



Residia em Tomar. Deixa viúva Maria Rosa Mansinho Alves. Serviu em Moçambique.

João Ferreira

Associado n.º 10911
68 anos
Faleceu em
27/02/03



Residia em Santa Maria de Belém, Lisboa. Deixa viúva Elvira Conceição Silva Francisco Ferreira. Serviu no Grupo de Artilharia Contra Aeronaves.

Opinião



José Maia

Os meninos de Bagdad

Ao acordar. No autocarro. Ao jantar. Notícias a toda a hora. O massacre a que chamam de informação. As bombas em Bagdade. Antes do sono. As bombas no Iraque. Ali junto ao candeeiro na secretária de trabalho, as fotografias da Rita Joana e do João José. Já foram meninos.

Na rua, os meninos dos prédios vizinhos bricando- Bush- Sadam- imitando roncões de aviões e armas... Bagdade- Petróleo, dinheiro. Danos colaterais. Revejo no Arquivo da memória os meninos da Guiné... Retraio-me e desvio o olhar. Que respostas às crianças da minha rua? A vergonha... A Paz? Não sei dizer-lhes. Onde a encontrar? Sei quem a enganou. A cimeira dos Açores. A televisão, os sorrisos. A vergonha que não lhes encharcou a cara. A peconha das vozes. Os meninos de Bagdade... Estão morrendo? Não meu filho... Estão dormindo, finalmente em Paz... •

Protocolo ADFA/CASIFONE

Condições especiais para para associados da ADFA

10€ desconto s/PVP

Oferta de 25€ em chamadas, em adicional à oferta standard

10 x 2,5€ nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualquer Boomerang, Livre, Zoom e Evolução, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

Promoção

NOKIA

MAIO 2003



Nokia 3310
89.90€



Nokia 6510
189.90€

Oferta de auricular em todos os modelos NOKIA

Oferta válida durante o mês de Maio de 2003. Os preços indicados incluem IVA e desconto ADFA



Para mais informações contacte: Casifone - Rosa Jacinto Tel: 214 358550/937910678 E-mail: casifone@mail.telepac.pt

Cupão de encomenda

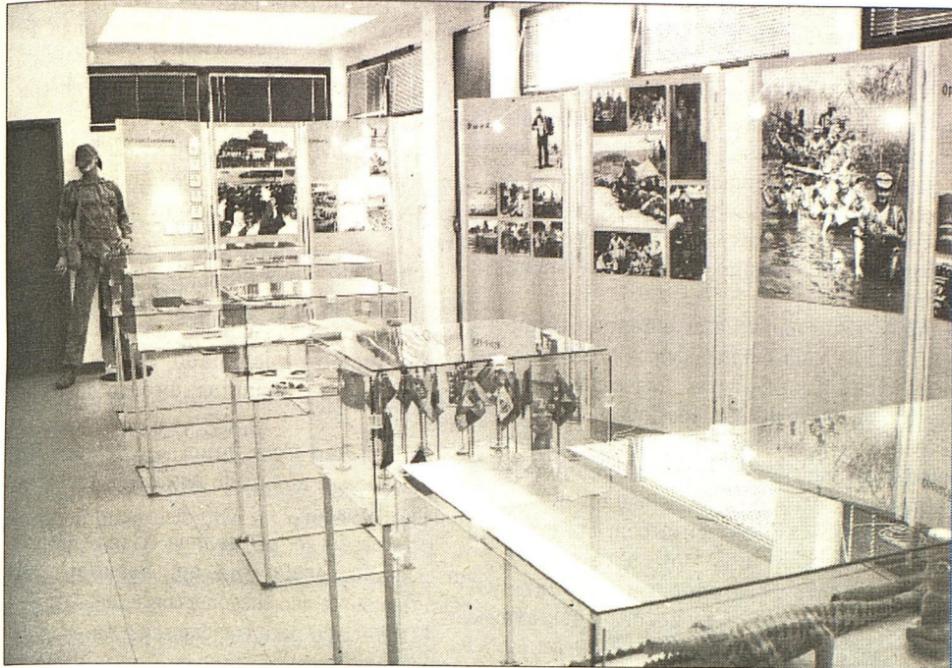
Sócio n.º _____

Nome: _____
Morada: _____
Localidade: _____ Código postal: _____
Equipamento pretendido
Marca: _____ Modelo: _____
Tarifário: _____ Evolução (n.º antigo): _____

Juntar fotocópia de: cartão de sócio e cartão de contribuinte
Enviar para: Casifone, Lda.
Av. José Elias Garcia, 174
2745-143 QUELUZ

Apelo

Museu da Guerra Colonial



A Delegação de Famalicão e a Direcção da Associação Museu da Guerra Colonial fazem um apelo a nível nacional a todos os associados da ADFA, para que ofereçam ou emprestem todo o tipo de espólio militar de que sejam possuidores referente à Guerra Colonial que tenham em casa, desde

fotografias, cartas, aerogramas, livros de companhia, armamento, peças de fardamento, objectos de arte africana, telegramas, carteiras, isqueiros e outros da Cruz Vermelha e Movimento Nacional Feminino, maços de tabaco, garrafas de bebidas, próteses e ortóteses que não usem, etc.

Tudo o que tens guardado irá enriquecer o espólio do Museu e da Exposição Itinerante onde ficará exposto, mostrando assim a todos que não foram à guerra o que esta foi, e relembrando a todos aqueles que lá estiveram, os bons e maus momentos lá passados.

Poderás enviar ou entregar o que tiveres e quiseres doar ou emprestar, directamente para o Museu da Guerra Colonial, Delegação da ADFA de Famalicão, Centro Coordenador de Transportes, Loja 1, 4760-038 V. N. de Famalicão, ou através da tua Delegação ou Núcleo. •

Funchal

Inauguração de monumento aos Combatentes do Ultramar

No dia 26 de Abril decorreu na cidade de Funchal, Madeira, a cerimónia da inauguração de um monumento aos Combatentes do Ultramar, dedicado a todos os madeirenses e portosantenses que deram a vida pela Pátria, em todas as frentes, desde 1954 a 1975.

O monumento, de traça original e de grande expressão, é composto por uma capela onde estão inscritos os nomes de todos os que tombaram à sombra da Bandeira Portuguesa, encimada por um anjo que, segundo as palavras de Ricardo Velosa, escultor madeirense e autor do monumento, "que de joelho em terra olha os céus como que implorando que esses tais que em defesa de causas e valores deram a vida, jamais poderão ser esquecidos".

À inauguração acorreram cerca de mil

antigos combatentes e suas famílias, tendo a cerimónia sido presidida pelo ministro da Defesa, Paulo Portas, e com a presença do ministro da República na RAM, Monteiro Dinis, do presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim e mais membros do Governo, do comandante militar e mais autoridades civis e militares.

Procedeu à benção do monumento o Bispo de Funchal, D. Teodoro Faria, acompanhado pelo cónego Xavier Ribeiro, antigo capelão militar em Angola, que também celebrou a missa que antecedeu a inauguração.

A ADFA esteve representada pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes, e pelo secretário da Direcção da Delegação da Madeira, Armando Costa. O presidente da Delegação integrou a Comissão de Honra da inauguração do monumento. •



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO
DE ARTES GRÁFICAS

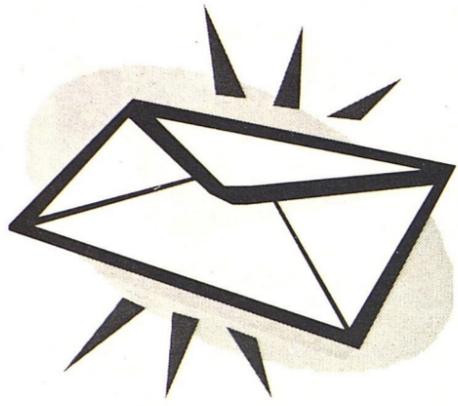
Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.



"Maldita Guerra"

Estou chocado, indignado e até capaz de reagir violentamente. É verdade! Desde que consegui ultrapassar a fase aguda dos meus problemas relacionados com o Stress de Guerra, nunca mais me tinha sentido assim. Voltei a ver à minha frente as cenas violentas da Guerra Colonial, elas surgem a qualquer momento, voltei a ver os mortos, os feridos, o fogo, voltei a ouvir os gritos de dor e desespero de quem foi apanhado no meio de fogo cruzado sem ter culpa nenhuma, o povo. Aquele povo de VELHOS, MULHERES E CRIANÇAS aterrorizados e incapazes de qualquer reacção. É horrível reviver este passado que eu já tinha conseguido acomodar na cave da minha mente mas que a actual Direcção Nacional da ADFA fez o favor de soltar e activar, com o vergonhoso e irresponsável comunicado à imprensa transcrito no penúltimo ELO onde recomendava: "A ADFA NÃO DEVE EXIBIR PRESENÇA INSTITUCIONAL NAS MANIFESTAÇÕES CONTRA A GUERRA NO IRAQUE", o que para uma instituição representativa de deficientes de guerra, é aberrante. Depois, ainda não ouvi nem vi, a Direcção Nacional da ADFA tomar uma posição de firmeza contra aquilo que se está a passar! Ainda não ouvi nem vi, a Direcção Nacional da ADFA condenar em nome da instituição e dos Associados, as atrocidades que têm estado a ser cometidas contra a população iraquiana. Porque será? Do que será que a Direcção Nacional da ADFA tem medo? Será que já esqueceu os milhares de Ex-Combatentes mortos na guerra colonial? E os feridos? Muitos deles completamente estropiados? E aqueles que são o maior número? Os que ficaram afectados pelo maldito STRESS DE GUERRA? E as populações que foram apanhadas no fogo cruzado e descruzado? Será que esta Direcção Nacional ou alguns elementos que a compõem não souberam nem sabem o que foi sofrer o medo de ser morto ou ferido, ou o drama de sentir o sangue quente de camaradas a escorrer pelos dedos sentindo-se impotente para minimizar o seu sofrimento? Em que guerra é que vocês estiveram que já se esqueceram dos horrores que a mesma provocou e continua a provocar a muitos de nós?

Cara Direcção Nacional da ADFA, vocês foram eleitos democraticamente e como tal são os legítimos representantes de todos os Associados da ADFA mas, só se devem manter no vosso cargo enquanto defenderem a numerosa família de Ex-Combatentes Associados que ficaram deficientes por causa de uma guerra estúpida. Quando de tal não forem capazes e tomarem posições ambíguas, a meu ver deixam de ter condições para continuar e como tal, devem sair! Penso que é o que está a acontecer neste momento.

Cara Direcção Nacional da ADFA, ouvi hoje dia 03/04/11 num canal de televisão, aquilo que mais temia que viesse a acontecer. O Primeiro Ministro do meu País, dizer que já está a fazer o trabalho de casa, para responder logo que solicitado ou seja, enviar tropas portuguesas para o Iraque. Disse o Primeiro Ministro, que os

nossos Militares irão desenvolver actividades de manutenção de paz e humanitárias. Cara Direcção Nacional da ADFA, os nossos Militares, vão ver-se envolvidos uma vez mais numa missão que os responsáveis por toda esta desordem, não vão querer assumir. Foi e é muito fácil para os Estados Unidos e para a Inglaterra, desordenar, destruir, matar e depois entregar o trabalho difícil e de grande responsabilidade, aos súbditos como Portugal. Para a exploração do petróleo que é e sempre foi a meu ver, a única razão deste conflito, os Estados Unidos já definiram a sua estratégia. Para a manutenção da ordem pública que é onde a partir de agora se situa o perigo maior, os Países como Portuga que corram esse risco.

Fico muito preocupado e triste por o Primeiro Ministro do meu País, querer que as Mães, Esposas e Filhos de Portugal, voltem a chorar pela morte dos seus familiares tal como aconteceu na história recente da guerra colonial. É preciso saber que as memórias dessa guerra ainda estão muito frescas e as feridas ainda não foram cicatrizadas. Os Ex-Combatentes que hoje são Pais e Avós, não querem que a história se repita no corpo dos seus Filhos e Netos, não querem voltar a sofrer o horror da incerteza se irão a qualquer momento receber como outros receberam, a notícia de que um seu Filho ou Neto foi morto ou ferido no Iraque, não querem Senhor Primeiro Ministro!. Gostava muito de me enganar, mas tenho quase a certeza que isso irá acontecer se os nossos Militares forem para o Iraque. Vão uma vez mais morrer filhos do meu País. Desde o início do conflito que me sinto muito angustiado e triste, pois tenho a convicção que, depois de ter combatido em duas frentes na guerra colonial e a experiência da guerra de guerrilha que nelas fui obrigado a adquirir para salvar a minha vida e ajudar os meus camaradas, me conferiu conhecimentos de guerra que me levam a pensar que se os nossos Militares forem mandados para o Iraque, irão passar pelas mesmas dificuldades que eu passei na guerra colonial, com a agravante de serem ocidentais conectados com os que provocaram a guerra que destruiu o seu País e matou o seu povo, como tal, considerados pessoas hostis.

Cara Direcção Nacional da ADFA, como vocês sabem, eu sempre disse e defendi em todo o lado, aquilo em que acredito serem os direitos e o melhor para todos os Ex-Combatentes sejam eles DFA ou não, portanto, só espero de vocês uma tomada de posição inequívoca em defesa de quem não quer de forma nenhuma voltar a chorar os horrores da guerra. Sejam corajosos pelo menos desta vez e assumam as vossas responsabilidades como representantes de deficientes de guerra. Digam não ao envio de Militares Portugueses para o Iraque.

Cumpra-se Abril! Abril que acabou de uma forma exemplar com a guerra e a ditadura no nosso País.

Viva a paz para todos os povos do mundo. •

Mário Inácio
Associado 9272

Barbárie no Leste

Para suprir a míngua de mantimentos que afligia o nosso destacamento no Luatxe procedemos em 30 de Abril/68, a partir da Companhia sediada em Lumege, Leste de Angola, ao seu reabastecimento tendo, para o efeito, percorrido, sem qualquer problema, os cerca de 40 Km, já não sei precisar com exactidão, que mediavam entre as duas localidades.

Findava o dia quando chegamos, contingência que pesou na decisão de ali pernoitarmos.

Já não havia civis no lugarejo, o que permitiu a utilização das instalações por eles deixadas para passarmos a noite.

A mim, e a uns quantos, serviu de cama um monte de "ginguba" (amendoim) abandonado

num barracão.

Não gastamos tempo a fazer as camas, já que serviram de lençóis os camuflados que não despimos, de pantufas as botas que não descalçamos e de almofadas os quicos.

No princípio, sob o peso do corpo e ao menor movimento, os amendoins, roçando entre si, deslizavam em todos os sentidos, mas volvido pouco tempo foram-se aquietando à medida que se encaixavam uns nos outros.

Estadia assim, debaixo de tecto e em cama de ginguba, com o relento e a cacimba lá fora foi de veras cómoda.

Ainda não rompera a alva quando no dia seguinte, 1 de Maio, empreendemos o regresso.

Por volta das seis horas, fomos flagelados pelo fogo de nacionalistas emboscados.

Terminou a refrega sem qualquer contra-tempo, facto indizivelmente reconfortante, mas o desassossego e a apreensão instalaram-se.

A caminhada prosseguiu com cuidados redobrados, sob um sol a elevar-se crescentemente abrasador, que nos fazia transpirar por todos os poros e deixava esbaforidos.

É nestas circunstâncias que pelas dez horas e quinze minutos nos vemos enredados em segunda emboscada.

Ripostamos, progredindo, até o inimigo sem rosto (não o vislumbramos nesta nem na anterior emboscada) debandar.

Terminada a incursão de reconhecimento no alto e denso capim, entremeado de escasso e baixo arvoredado, com pequenas elevações no terreno atrás das quais se ocultaram e protegeram os atacantes, usando a tática do bate e fuge sem ser visto, chegou o temido momento de todos conhecerem as consequências.

O Martinho jazia, na picada, fulminado por granada que deflagrara junto da sua cabeça.

A primeira reacção foi de estupefação e incredulidade.

À maneira que interiorizávamos a feia realidade, a repulsa e a revolta toldavam os sentidos.

A certeza de que nada podia ser feito, para remediar o irremediável, fazia maldizer as insuperáveis limitações humanas.

Mas a fatalidade não se quedou por ali, o João Oliveira foi ferido por estilhaço de granada que lhe esfacelou o pulso direito e por uma bala que lhe perfurou a anca, suponho que a esquerda, e se lhe alojou no baixo ventre.

Para sustentar a hemorragia do pulso, foi-lhe aplicada compressa ajustadamente apertada no antebraço e, simultaneamente, pedia-se a sua evacuação para o hospital militar do Luso (hoje Luena) que ficava dali a dois passos, se a memória não me traiçoa a cerca de trinta quilómetros.

Para gáudio de todos o João encontrava-se lúcido, orientado e comunicativo.

Perfilhava-se a convicção de que o rápido tratamento hospitalar garantiria a almejada recuperação.

Neste caso o sentimento geral era de inexcedível esperança, a ninguém passava pela cabeça um desfecho funesto.

Só que o optimismo esmoreceu quando se soube que não seria disponibilizado helicóptero para assegurar a evacuação.

Era uma decisão absurda, poderia equivaler a uma sentença de morte.

A desumana determinação obrigou a que, sem perda de tempo, reiniciássemos o lento regresso ao quartel, de onde seria possível promover a evacuação.

Enquanto decorria o interminável tempo gasto no percurso, o seu estado foi-se degradando progressivamente, a prostração evidenciara-se e estava visivelmente debilitado.

Chegamos ao aquartelamento por volta das dezasseis horas, o que significa que passaram cinco horas e quarenta e cinco minutos desde que fora ferido.

Então, para finalmente ser transferido, levamo-lo à estação local dos Caminhos de Ferro de onde partiu num pequeno veículo que se deslocava na linha férrea, à semelhança do comboio.

Era demasiado tarde, o João já não chegou com vida ao Luso, faleceu pelo caminho.

Embora jovem e cheio de vitalidade não sobreviveu à hemorragia interna que o exauriu, sem assistência médica, durante mais de seis horas.

Ponderado o sucedido, embora leigos em matéria do foro clínico, a evidência dos factos alicerçou o consenso de que a recusa do socorro veementemente reclamado na altura da verificação dos ferimentos, ditou o desfecho fatídico.

Os seus carrascos foram aqueles que lhe negaram acesso atempado aos imprescindíveis cuidados de saúde.

Era casado, foi pai de uma criança nascida na ocasião, creio que em Setúbal, que definitivamente não chegou a conhecer.

Já não viveu para comemorar o nascimento como tinha planeado,

É que embora naquelas paragens o dia seguinte fosse uma lotaria, nem essa adversidade impedia a juventude de projectar e sonhar.

O João e o Martinho que não chegaram a completar um mês em solo angolano, a Companhia desembarcou em 6 de Abril, foram vítimas mortais de uma guerra obscura, imposta por "gente orgulhosamente só" com o objectivo retrógrado de conservar as possessões ultramarinas, numa altura em que a descolonização, já havia alguns anos, era defendida pela comunidade internacional e aceite e praticada, pacificamente, por potências coloniais.

Com a implantação do regime democrático, também Portugal materializou a descolonização pondo termo ao conflito ultramarino que, no caso de Angola, durou mais de treze anos, cujos efeitos nefastos se traduziram, de entre outros, no drama das famílias enlutadas pela morte dos seus entes queridos, nas incapacitantes deficiências físicas, nos traumas psicológicos e nos meios sorvidos pelo considerável esforço de guerra suportado por um país pobre.

Ao João e ao Martinho que há trinta e cinco anos tombaram pela Pátria cobertos de dignidade, a minha comovida vénia. •

João Santa Rosa

Quem está acima da Lei?

Há pouco tempo, no Telejornal, o ministro da defesa, Dr. Paulo Portas, condecorando um oficial de alta patente disse: «Lei é lei. E se lei é lei, é para ser cumprida».

Se lei é lei, por que é que só foi aplicada a alguns DFA? Se é para condenar, então a lei é aplicada à classe baixa, a quem chamam povo; se é para promover, apenas se tem em conta a classe mais alta.

Porquê continuarmos à espera de sermos abrangidos pelo decreto que promove todos os oficiais DFA ao posto de coronéis? Aqueles que foram promovidos, se estivessem no activo, teriam de passar por cursos. No entanto, é bem mais fácil saltar a paliçada sem grande esforço. Quanto às praças, após tudo o que passaram, ficam apenas na vala.

A morte não poupa ninguém. Muitos já deixaram o reino dos vivos antes de serem promovidos; os que restam alimentam o desejo de verem que não há ninguém acima da lei. Continuamos à espera que as promessas que são feitas nas audiências do ministério da defesa com a comissão da ADFA sejam finalmente cumpridas. Só assim será feita justiça e aí sim, as palavras do senhor ministro da defesa farão sentido. •

Zeferino Marcela

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.

A situação dos furriéis

No nosso jornal ELO de Abril, foi dedicado algum do seu espaço à situação dos Furriéis - Deficientes das Forças Armadas, agravada pela última alteração verificada nas remunerações das classes de Sargentos e Praças.

Antes de abordar a situação actual, vou recuar aos anos em que decorreram acções militares nas três frentes de combate, porque se actualmente injustiça existe, já nessa altura não o era menos, senão vejamos, feita uma recruta e uma especialidade, lá éramos promovidos a 1.º Cabos Milicianos, desempenhando funções de Sargentos, quer na instrução que ministrávamos, quer nos serviços para que éramos escalados, mas pagos miseravelmente como praças.

Seguidamente, mobilizados e incorporados em companhias ou em rendição individual, seguíamos para a frente de combate, graduados no posto de Furriel, muitas vezes tínhamos de comandar o pelotão e não a secção a que pertencíamos.

Quando o azar nos batia à porta, o "Bidonville" do Anexo lá estava à nossa espera, onde eufemisticamente diziam tratar das mazelas que havíamos sofrido, o que para muitos se prolongou por anos, o que motivou que a maioria quando saía, já vinha como 2.º Sargento, pelo que os Furriéis deverão ser em numero reduzido.

Talvez seja essa a razão por que nos encontramos na situação actual, Sargentos com índice remuneratório inferior às praças (Cabo da Armada / Cabo de Secção).

O DL 57/90 no seu art. 27 determina que os vários postos em extinção passavam a ter um anexo próprio (anexo IV), em que o Furriel ficava com o mesmo índice do Cabo Armada / Cabo de Secção (índice 130 no 1.º escalão).

Em 1999 o Dec. Lei 328/99, art. 23, volta a referir que os postos em extinção são igualmente remunerados de acordo com o anexo IV, mas aqui só já consta o Furriel, mas mantendo o mesmo índice do Cabo Armada / Cabo Secção (índice 150 no 1.º escalão).

Em 2002 surge o Dec. Lei 207/2002, que vem produzir alterações nas remunerações das classes de Sargentos e Praças, e aqui como poucos que somos, fomos esquecidos, quer pela Instituição Militar, quer pela nossa Associação.

Mais grave é que a DN no Elo de Novembro onde vem publicado a lei, tenha notado que os 2.ºs Sargentos não haviam sido englobados nos ajustamentos entretanto verificados, e quanto a mim fez muito bem, em alertar para tal facto, só é pena, que não tenha reparado que também faltavam os Furriéis, porque apesar de serem poucos, e em extinção, também devem ver os seus direitos defendidos.

A situação entretanto criada é tanto mais grave, pois, caso alguma Praça, que lutou ao

nosso lado e sob as nossas ordens, que se tenha deficientado, mas que só agora veja os seus direitos reconhecidos, pode requerer nos termos da lei a reconstituição da sua carreira, ficando portanto como Cabo de Secção, que o mesmo é dizer, ter uma remuneração superior ao seu antigo comandante de Secção/ Pelotão.

Haja justiça, e fazendo minha a sugestão do camarada que no mês passado escreveu para o Elo " Sendo um grupo tão pequeno, e com a extinção do posto, não diz a Lei, que o mesmo não pode ser prejudicado e deve ser integrado no Posto acima", espero que seja encontrada uma solução rapidamente para o problema.

José Ramos

Moção

A apresentar ao Ex.mo Senhor Ministro da Defesa

Os ex-combatentes do Batalhão de Cavalaria 350 em missão em Angola de 1962 a 1964, reunidos em almoço de confraternização anual no dia 12 de Abril de 2003, em Pombal, e sob proposta do capitão miliciano Luís Manuel Bilstein de Menezes Luís de Sequeira, aprovam a seguinte Moção:

1. Os ex-combatentes da Guerra do Ultramar e suas famílias presentes neste convívio reafirmam mais uma vez os laços de camaradagem e solidariedade que unem entre

si e a todos os Portugueses que combateram no período de 1961 a 1975;

2. Recordam com pesar e honram a memória daqueles que morreram em combate em África, cujos nomes constam do Memorial do Monumento aos Combatentes do Ultramar, e lutarão pela dignidade do montante das pensões de sangue atribuídas às suas famílias;

3. Reconhecem que os militares que regressaram das frentes de combate doentes e mutilados merecem especial atenção, traduzida nas reparações morais e materiais que lhes são devidas em nome da justiça e da plena cidadania;

4. Indignam-se com o facto de, volvidos 30 anos após o final da Guerra, a burocracia e a vontade política aguardem a morte de todos os Deficientes das Forças Armadas para que lhes seja feita total justiça, quando estes de já nada necessitarem;

5. Os presentes neste convívio farão tudo o que está e estiver ao seu alcance para que a responsabilização do Governo Português seja inequivocamente assumida em medidas postas em prática à luz do direito e das Garantias Cívicas que a Constituição Portuguesa lhe confere e a que o voto democrático o vincula.

Luís Manuel Bilstein de Menezes Luís de Sequeira

Ecoss das Delegações

Opinião

... As Abelhinhas • A minha análise • O meu desejo

É evidente que o texto inserido no último "ELO" e assinado por mim, causou manifesto mal estar em determinados sectores, que em surdina acusaram o "toque".

Tendo acompanhado a vida da ADFA mais intensamente nos últimos 24 meses, cheguei à conclusão então exprimida, tendo em conta os múltiplos contactos, conversas e desabafos a que tive acesso.

Não seria elegante da minha parte referenciar os alvos dos "tiros" disparados, que espero, tenham contribuído para que no futuro, tais actos e atitudes passem ao jurássico.

Muitas das vozes que se fazem ouvir, dizendo que serviram ou servem a ADFA, tentam porventura escamotear as mais valias dela recebidas, tanto em termos materiais como de vivência quotidiana salutar. O

materialismo impera no mundo actual de forma evidente, mas é necessário e urgente que a ADFA seja despojada de indivíduos menos escrupulosos neste aspecto e dotá-la de pessoas capazes de erguerem bem alto o nome da nossa Associação e consequentemente o nome de 15.000 Deficientes das Forças Armadas.

Repugna-me ser dirigente de uma qualquer Associação no intuito de se retirarem proveitos directos, ou indirectos, desse mesmo facto. Os ofendidos com estas frases têm em mim um potencial e contínuo adversário.

No entanto, a realização, em Leiria, da Assembleia Geral Nacional Ordinária em 12/04/03, constituiu um facto estatutário do qual devem ser realçados os seguintes pontos:

- Foi cumprida, na íntegra, a Ordem de

Trabalhos, facto quase inédito na vida da nossa Associação.

- Foi extraordinária a afluência e participação dos associados nesta Assembleia Geral Ordinária.

- Foi com muito agrado que se verificou que os associados da Delegação de Lisboa estiveram presentes em número significativo, como expressão da maior Delegação da ADFA.

- Foi patente o poder de síntese manifestado por todos os intervenientes, nos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

- Foi notória a profunda disponibilidade dos associados para ouvirem as explicações dos temas, com realce para as reivindicações Legislativas que deram lugar à aprovação de propostas concretas.

- Foi evidente o civismo e respeito pelas

posições individuais, o que revela a maturidade da vida associativa.

- Foi uma bela Jornada!

Desejaria que a participação cívica dos associados se mantenha, sempre, nestes patamares de dignidade. Que os "fazedores da confusão" entendam, de uma vez por todas, os objectivos superiores da ADFA, sempre no intuito de que a Justiça seja real e não apregoada.

Desejaria que a postura e estratégia da ADFA seja sempre discutida amplamente, e não em círculos fechados onde só os "iluminados" têm acesso!

Desejaria que a camaradagem e a fraternidade fossem sempre a nossa marca da solidariedade afectiva. •

Rogério Sequeira

Opinião

Guerra no Iraque

O Mundo precisa de um abanão forte e decidido para que os cidadãos possam viver em paz e em democracia, com direito ao trabalho em diálogo permanente, em liberdade, construir uma sociedade justa, digna, sem sofrimento e sem guerras.

Hoje a sociedade vive o dilema da guerra e fazem-se apelos, não à guerra e sim à paz. Não á invasão de um país pelo outro, à destruição e à chacina dos povos. Quem faz estes apelos deve estar em paz de espírito de bem servir, de colaborar para o bem-estar das populações e dos países do mundo.

Existe uma crise de valores democráticos. Analisando a situação no Iraque, como é que

se pode definir a vida daquele povo, em que todos os seus eleitores, votaram, ou melhor, foram obrigados a votar, em Saddam Hussein? Ditador sanguinário que para manter a sua lei manda eliminar todos os que se lhe opõem.

O Iraque foi o berço da civilização, pioneiro na agricultura, rico no petróleo, onde existiram as primeiras cidades do mundo, onde vivem martirizados pela guerra há milhões de anos e se comete todo o tipo de barbaridades, sempre e sempre em nome de Deus! Maomé, o grande profeta que viveu na Terra Santa e que um dia se foi embora,

deixando o mundo em pecado por culpa dos homens que o têm conduzido só à guerra.

Por toda a Palestina, Oriente, países árabes e alguns políticos mundiais, todos se servem, se julgam e se intitulam Deus para fazerem as guerras, não vendo, ou não querendo ver, que são eles próprios que decidem fazer a guerra e têm que responder perante a sua consciência, perante a história e perante Deus!

O Papa está preocupado, interveniente e objectivo e este até o podia fazer, apelar em nome de Deus. Agora como é que George W. Bush ordena que se faça guerra contra o Iraque em nome de Deus? Saddam Hussein,

que em nome de Deus manda perseguir e assassinar o seu povo!

«A liberdade que possuímos, não é uma liberdade da América, de Saddam Husein ou do mundo, é um dom muito nosso, de Deus, concedido à humanidade». Hoje, ao ler a Bíblia, constato que muitos se farão passar por Deus e falarão em seu nome, o que leva, em termos bíblicos, a concluir que estamos a chegar ao fim dos tempos, em que aparecem e já estão aí os anti-cristos!

O meu lugar é sempre ao lado dos Democratas. Não à guerra! Sim à paz e que Deus «os perdoe porque não sabem o que fazem». •

João Gonçalves



Vitória?

Nuno Santa Clara

Acabou, aparentemente, a primeira guerra deste século, que bem gostaríamos que fosse a última. Acabou com um misto de alívio e de despeito.

Alívio para quem esperou até ao fim que a guerra não chegasse a ser travada, e que a viu acabar sem o banho de sangue prometido por Saddam e seus sequazes, embora longe dos zero mortos prometidos.

Despeito para os que esperavam esse mesmo banho de sangue, reparado entre os contendores, como forma de punição da arrogância americana.

Dizem as estatísticas que houve poucas baixas. Não será essa a opinião dos directamente atingidos, como aquele jovem que ficou sem braços e sem família.

De tudo, o que ficou, para já?

Um país arrasado, sem as relativamente poucas infra-estruturas que o regime de Saddam tinha erguido com as sobras dos meios desviados para os seus palácios; com a administração pública praticamente inexistente; com bibliotecas, museus e hospitais saqueados. Ou seja, parece ter-se feito tábuas rasas de um país que foi berço de várias civilizações que mudaram a face da terra.

Política deliberada ou inépcia? Espero bem que se trate da segunda hipótese. Porque se pode deixar eliminar as memórias físicas que são as bibliotecas e museus, mas não é possível apagar a memória dos homens.

E essa memória está bem presente nas palavras dos iraquianos que, usando o direito de expressão que lhes foi agora devolvido (facto pelo qual estão agradecidos), pedem (e mais tarde exigirão) que o Iraque seja governado por eles próprios. E não foi isso que lhes prometeram?

O vazio de poder fez ressurgir as organizações religiosas, reprimidas até agora. Eleições livres levarão decerto ao poder partidos religiosos. Dirão os cínicos que, afinal, com Saddam é que se estava bem: ordem nas ruas, um regime laico e os negócios a correr - pelo menos para alguns. Aliás, não se disse o mesmo quando da queda do Muro de Berlim?

De tudo se pode concluir que há fortes possibilidades de os Estados Unidos, pela aplicação da própria receita, se virem a defrontar com um novo país fundamentalista, ou seja, com uma repetição do Irão, no qual, em vez de libertadores, serão o grande Satã...

Se tal suceder, ao menos que isso contribua para que esta guerra seja mesmo a última do século XXI.

ELO

Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa

Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Vitória ou Morte

A queda da Índia portuguesa em filme

"Vitória ou Morte - A Queda da Índia Portuguesa" é o título do filme apresentado no auditório da Universidade Nova, em Lisboa, no dia 16 de Abril, e o tema do debate que se seguiu e que juntou o professor Adriano Moreira, o general Carlos Azeredo e Orlando Costa, com a mediação de Fernando Rosas.

Segundo o realizador, Pedro Madeira, trata-se de um "relato, na primeira pessoa, por alguns dos que viveram os acontecimentos dramáticos da perda da Índia Portuguesa. A verdadeira história dos militares de Goa, Damão e Diu, estigmatizados até hoje pelo governo de Salazar, bodes expiatórios de uma significativa derrota política que prenunciaria o princípio do fim do Império". São utilizados materiais de arquivo, de fontes publicas ou particulares - imagens em movimento, fotografias, imprensa da época e outros documentos. Entre estes recursos, "fruto do trabalho de muitos meses de pesquisa", existem diversos materiais inéditos, provenientes de espólios pessoais e arquivos estrangeiros, incluindo fontes indianas.

No filme-documentário o espectador remonta a Dezembro de 1961, quando cerca de 60 mil militares da União Indiana se concentraram junto às fronteiras do velho Estado Português da Índia. O pequeno contingente militar português, equipado com material obsoleto e com uma total ausência de meios, preparou-se para fazer frente a uma força de assalto esmagadora. Salazar reconheceu que a defesa era impossível, mas ditou que apenas poderia haver "soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos".

Adriano Moreira explicou, depois de ser visionado o filme, que, em 1947, a Índia se tornara um país independente e, assumindo-se como líder dos países não-alinhados, a União Indiana reclama a integração dos territórios na Índia. Inicia-se o braço de ferro político-diplomático entre estados. Em Julho de 1954, a tomada "popular" dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, no distrito de Damão, com o beneplácito do governo indiano, é

um evidente indicio do sentimento nacionalista indiano, e da força irredutível do movimento descolonizador que alastra em África e na Ásia.

Ao longo de 14 anos, a tensão cresce entre Portugal e a União Indiana, apesar da mediação da ONU e outras instâncias internacionais. O General Vassalo e Silva é nomeado governador geral, com a missão de fomentar o desenvolvimento local. Em 1961 rebenta o conflito em Angola, assinalando-se o início da Guerra Colonial. Meios militares, humanos e materiais, estacionados na Índia Portuguesa desde a anexação de Dadrá e Nagar-Aveli são enviados para África, desguarnecendo os territórios, considerados indefensáveis ante o poderio militar indiano.

Em Dezembro de 1961, os cerca de 60 mil militares indianos, equipados com armamento moderno, com forças terrestres, navais e aéreas, encontram um efectivo de 3.500 militares portugueses, com material obsoleto, munições escassas e deterioradas, sem aviação de combate, sem defesas antiaéreas, sem comunicações e apoiados por um velho vaso de guerra e três lanchas de reconhecimento.

A rendição do contingente português, após 36 horas de resistência, a 19 de Dezembro, pela impossibilidade de defesa e pela recusa do sacrifício inútil, ficou marcada pela morte de 26 militares portugueses, a juntar às baixas de soldados indianos, de soldados goeses ao serviço de Portugal e civis.

Segue-se o cativo em vários campos de prisioneiros de guerra, que se prolongará por cinco longos meses.

O documentário foi financiado pelo Ministério da Cultura/ICAM, co-financiado pela RTP, apoiado pela Fundação Oriente, com produção executiva de Pedro Efe e realização de Pedro Madeira.

Participaram com os seus depoimentos, entre outros, Adriano Moreira, Carlos Azeredo, Dias Antunes e Sarmento Gouveia. •

Tomada de Posse Novo Conselho Directivo do SNRIPD

FARINHO LOPES



O novo Conselho Directivo do Secretariado Nacional para Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) tomou posse, na presença do ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, na Sede do SNRIPD, em Lisboa, no dia 8 de Abril.

Cristina Louro assume as funções de presidente do Conselho Directivo e José Manuel Lucas e Maria de Fátima Vieira também tomaram posse com secretários nacionais adjuntos.

A ADFA esteve representada na cerimónia pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, e pelo 2º secretário da DN, Capela Gordo. Também estiveram presentes os representantes da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro e Manuel Lopes Dias.

Cristina Louro assume a "vertente de compromisso destas funções", para com o Governo e para com os colegas do SNRIPD. "É um grande desafio e é com as ONG que vamos percorrer este caminho", considera.

O ministro realçou o trabalho do SNRIPD e saudou também o anterior presidente do Conselho Directivo, Vitorino Vieira Dias.

Bagão Félix informou que "será, a partir de agora, directamente com o ministro que o SNRIPD irá trabalhar", realçando a "solidariedade como valor e não como técnica".

"Queremos contribuir para a clara mudança de paradigma na área da deficiência, centrando a actividade nas capacidades das pessoas", assegurou o ministro, destacando a transversabilidade necessária para a concretização de novas medidas.

Para Bagão Félix, a prioridade está nas novas tecnologias, na formação e na possível "criação de uma Loja do Cidadão para pessoas portadores de deficiência". •

RV



RENAULT



- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA